

Relações de gênero, classe social e grupo étnico nos cursos noturnos masculinos de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense (1875-1915).

*Eliane Teresinha Peres**

Resumo:

Este texto apresenta o resultado de um pesquisa sobre os cursos noturnos masculinos de instrução primária da BPP, entre 1875 e 1915. A pesquisa teve três eixos de análise: a) compreender porque os cursos noturnos, durante trinta e oito anos, foram freqüentados apenas por homens; b) analisar a convivência entre os alunos nacionais e estrangeiros, brancos e negros, menores e adultos, e as relações destes com os "homens da Biblioteca"; c) entender porque os homens da elite pelotense preocuparam-se com a instrução dos homens das camadas populares a ponto de criar os cursos noturnos - ou seja, desvelar que idéias e projetos estavam implícitos (ou explícitos) nesta iniciativa.

Palavras chaves: História da Educação - Cursos Noturnos - Relações étnicas, de gênero e de classes sociais.

Abstract:

This paper shows the results of a research that investigated the masculine night courses of basic instruction offered by the Public Library, in Pelotas, in the period between 1875 and 1915. The analysis was performed around three main axes: a) to understand why those night courses, for thirty-eight years, were attended exclusively by men; b) to analyse the society among national and foreign students, blacks and whites, minors and adults - and their relations with the "Library Men"; c) to understand why the Pelotas' male elite has cared about the instruction of the lower classes men, to the point of creating such night courses - that is, to unveil what ideas and what projects were implicit (or explicit) in this enterprise.

Key-words: History of Education - Night Courses - Ethnic, gender and social class relations.

* Professora do Departamento de Ensino FaE - UFPel
Av. Almirante Barroso, 1734
96010-280 - Pelotas - RS

(...)Instamos para que os *filhos do trabalho* freqüentem os cursos noturnos da Biblioteca Pública Pelotense (Diário de Pelotas, 23/11/1879) (Grifo meu).

Introdução

A "Princesa do Sul" ou "Atenas Rio-grandense", como foi denominada a cidade de Pelotas no século passado, viveu seu apogeu econômico e cultural dos últimos decênios do século XIX até os primeiros anos do século XX. Sua pujança econômica, advinda da indústria saladeril¹, foi a principal responsável pela importância que adquiriu a cidade no cenário gaúcho e brasileiro. Pelotas tornou-se o grande centro produtor do charque e no final do século passado havia por volta de 40 charqueadas instaladas às margens do Arroio Pelotas e do Canal São Gonçalo. Com a indústria saladeril cidadãos pelotenses edificaram grandes e sólidas fortunas, tornando-se a cidade um dos centros industriais e comerciais mais importantes e mais ricos da Província.

A indústria do charque impulsionou o desenvolvimento urbano. A maioria dos charqueadores se estabeleceu na cidade, construindo casas e mansões, desenvolvendo um próspero comércio e uma intensa vida social e cultural. Houve, entre os pelotenses, durante este período, um verdadeiro *culto* às letras e às artes, expresso em várias iniciativas, como a fundação de clubes recreativos e educacionais, associações literárias e dramáticas, escolas, entidades carnavalescas, exposições de artes, circulação de jornais literários, ilustrados, partidários². A programação teatral era, também, intensa neste período, bem como os saraus, bailes de salão, concertos, conferências, "passeio campestres", espetáculos de rua, entre outras atividades.

A fundação da Biblioteca Pública Pelotense (BPP), em 1875, foi resultado deste momento cultural e econômico, associado à disponibilidade e ao interesse da elite em fazer da cidade um dos maiores e mais importantes centros culturais do Rio Grande do Sul. Sem esperar pela iniciativa dos poderes públicos municipais ou provinciais, um grupo de homens, entre eles intelectuais, poetas, políticos de renome, prósperos comerciantes, jornalistas,

¹ Indústria saladeril era o nome que se dava a produção da carne salgada (charque). A expressão saladeril deriva do termo "saladero", utilizado nos países de língua espanhola para indicar o local ou a pessoa que produzia a carne salgada.

² O ano de 1881 é um exemplo da efervescência da atividade intelectual na cidade. Neste ano circularam, simultaneamente, cinco jornais em Pelotas.

charqueadores, tomaram a frente de um projeto especial: fundar uma instituição de caridade espiritual (Correio Mercantil, 07/10/1876). A elite pelotense desejava, efetivamente, que Pelotas ostentasse o título de mais civilizada e instruída das cidades gaúchas e, quiçá, brasileiras. Assim, ganhou força entre alguns de seus membros a idéia de que a instrução e a formação dos homens das classes populares era uma tarefa que lhes cabia e foram criados, para tanto, os cursos noturnos de instrução primária da BPP.

O objetivo deste trabalho foi, fundamentalmente, o resgate histórico desses cursos noturnos, considerando principalmente sua importância (e sua espantosa longevidade!)³ como experiência de instrução primária das classes populares pelotenses. Não é demais afirmar que os cursos noturnos da BPP foram uma das experiências mais significativas que Pelotas vivenciou no século XIX em relação à instrução primária das classes populares. Lá, os homens - de qualquer idade - aprendiam a ler, a escrever, a contar, noções de aritmética e de gramática, História e Geografia, em dois cursos, independentes entre si: a 1ª e a 2ª classes - por isso a denominação "cursos noturnos". Havia, ainda, as aulas de francês e de inglês, que podiam ser freqüentadas pelos alunos dos cursos de instrução primária ou por indivíduos que se matriculassem apenas nestas aulas, já que todas tinham um caráter independente. Não há dúvida, também, de que o projeto de instrução primária destes homens trazia em seu bojo a idéia de "moralizar" o povo, de inculcar uma nova ética de amor ao trabalho, principalmente em função da luta abolicionista, com a perspectiva das novas relações de trabalho que se delineavam com o advento do trabalho livre. O objetivo das aulas era atingir, também e principalmente, a vida dos homens em sua totalidade. Disciplina, regras, controle do tempo, premiações, classificações, punições, foram os recursos para educar e formar estes homens trabalhadores. Na prática, este projeto não se viabilizou pacificamente.

As particularidades dos cursos da BPP colocaram, inicialmente, três eixos de análise: o caráter masculino da escola; a presença dos negros nas aulas ainda no período da escravidão e o desvelamento dos interesses da elite com relação à instrução dos homens das classes populares. No entanto, considerando que a pesquisa não é uma atividade que "se produza de uma assentada" mas que se "realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos" (Pierre Bourdieu, 1989:27), as questões propostas se ampliaram. Novos desafios colocaram-se a partir do manuseio das fontes de pesquisa. Assim, as

³ Os cursos noturnos de instrução primária da BPP funcionaram de 1877 até a década de 50 deste século. Esta pesquisa foi até o ano de 1915, no período em que os cursos eram masculinos.

questões da nacionalidade e da faixa etária dos alunos foram incluídas na análise. Primeiro, porque elas ampliaram a compreensão do caráter complexo das relações sociais e das "tensões" existentes nas aulas da Biblioteca. Segundo, porque colocam novas possibilidades para a análise dos cursos noturnos em geral. Muito especialmente em relação à faixa etária dos alunos, há um entendimento, na História da Educação brasileira, de que estes cursos foram destinados apenas à população jovem e adulta. Na realidade, desde sua gênese até a atualidade, os cursos noturnos têm se caracterizado por atender à mesma clientela: aqueles que, por necessidade de sobrevivência, precisam trabalhar precocemente, e também os que não se "adaptam" à escola regular - independentemente da faixa etária.

Assim, não basta dizer que esta é uma história *de homens*. O quadro é bem mais complexo: esta é uma história da instrução de homens brancos e negros, nacionais e estrangeiros, menores e adultos, das classes populares, cujo projeto foi levado a efeito por um grupo de homens brancos da elite. A análise desta história, em função das principais questões de pesquisa, é então pautada por três categorias: gênero, classe social e grupo étnico. Examinar aqueles atores sociais considerando estas categorias de forma articulada, para compreender a dinâmica dos cursos noturnos, foi a tarefa empreendida durante todo o processo de pesquisa.

As questões de pesquisa foram, portanto, as seguintes: por que os cursos noturnos de instrução primária, durante trinta e oito anos (1877-1915), foram freqüentados apenas por homens? Como e por que as mulheres foram excluídas? Como os homens negros tiveram acesso aos cursos noturnos da BPP ainda durante o período da escravidão? Porque homens da elite pelotense preocuparam-se com a instrução dos homens das classes populares a ponto de criar os cursos noturnos? Que idéias e projetos estavam implícitos (ou explícitos) nesta iniciativa?

O manuseio dos jornais, almanaques e documentos do período de abrangência do estudo, para além de compreender o objeto de pesquisa específico, permitiu elaborar uma visão geral dos valores, dos costumes, dos hábitos, enfim, do cotidiano da vida pelotense. Os jornais tiveram um papel fundamental nesta pesquisa, mas isto não se deu de forma acrítica e nem foram os únicos materiais usados. Além dos jornais, foram pesquisados todos os documentos referentes à BPP e disponíveis no Museu: Anais, correspondências, Atas, Livro de Visitas, Livros de Matrículas, Regulamentos, relatórios, fotos, mapas, cartões postais.

Quando do início da pesquisa, não dispunha de quaisquer elementos empíricos ou indicações historiográficas que permitissem formar qualquer

idéia, ainda que vaga, sobre o funcionamento dos cursos. Por isso, o mais instigante do processo de investigação foi descobrir, dia após dia, novas fontes de pesquisa, novas notícias, levantar questionamentos, obter respostas que muitas vezes pareciam impossíveis, esclarecer dúvidas, desafiar o próprio pensamento, surpreender-me a cada nova descoberta, "garimpar" informações, estabelecer relações e articulações, "dialogar" com as fontes. Isto tudo é que faz da pesquisa histórica "um trabalho de pensamento que também experimentamos como ação e afeto" (Clarice Nunes, 1990:37).

As relações de gênero, classe social e grupo étnico nos cursos de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense

Pela sua intensa atividade industrial e comercial, a cidade de Pelotas, no século passado, concentrou grande número de escravos e trabalhadores nacionais livres. Para Pelotas deslocaram-se, ainda, grandes contingentes de imigrantes de várias nacionalidades. Embora boa parcela desta população estivesse ligada às atividades da zona rural, especialmente à indústria do charque e de seus derivados, outra parte destes indivíduos concentrou-se na zona urbana. Havia, ainda, os que trabalhavam temporariamente nas charqueadas e, durante a entressafra, viviam e trabalhavam na cidade (a safra do charque era de novembro a abril, durante os meses de mais calor, quando o boi engordava e a carne secava mais facilmente). Na cidade, os negros escravos, livres e libertos, juntamente com os brancos pobres, ocupavam-se das atividades domésticas e da produção de bens e de serviços. Os imigrantes pobres também viviam destas atividades, além de muitos deles atuarem no comércio. Isto significa que havia uma "clientela em potencial" para um projeto como o das aulas noturnas que, na visão das elites, além da instrução deveria preocupar-se em oferecer também educação moral.

Os cursos noturnos de instrução primária, projetados desde 1875 como uma das atividades da BPP, iniciaram suas atividades em 1877 - mais precisamente no dia 1º de fevereiro daquele ano - registrando um número considerável de alunos matriculados. No total foram 77 meninos e homens matriculados para a 1ª e a 2ª aulas. Destes, 42 eram nacionais e 35 estrangeiros; 33 eram menores e 44 adultos, com idades variando entre 9 e 48 anos. Se havia estas diferenças de idade e nacionalidade o que havia de comum entre os alunos? Enquanto grupo social, a condição de classe e o gênero, ou seja, o que os "igualava" era o fato de serem todos do gênero masculino e pertencentes às classes populares, trabalhadores, futuros

trabalhadores ou desempregados. Assim, os Livros de Matrículas registram profissões ligadas especificamente aos trabalhos manuais e aos trabalhos domésticos. Os alunos eram, na sua grande maioria, criados, artistas⁴, marceneiros, carpinteiros, sapateiros, alfaiates, caixeiros, chapeleiros e ferreiros. Era comum que muitas destas atividades fossem desempenhadas por crianças, a partir de sete ou oito anos de idade.

Ao analisar as aulas noturnas da Biblioteca Pelotense é necessário fazer referência a dois grupos de indivíduos: os alunos e os "homens da Biblioteca", ou seja, dirigentes e professores. Estes atores sociais apresentavam, no interior de seu próprio grupo e na relação com o outro, semelhanças e diferenças. Até 1915 - data limite da pesquisa - os integrantes dos dois grupos eram todos do gênero masculino. Portanto um denominador comum entre eles: o fato de serem todos homens. Mas o **ser homem** - fator *universal* de identidade - deve ser pensado também na sua diversidade. Dirigentes e professores eram todos homens, no entanto homens brancos e de condição social privilegiada. Os alunos, por sua vez, eram brancos e negros, nacionais e estrangeiros, menores e adultos, das classes populares, ou seja, diferiam, entre eles, na idade, na nacionalidade e no grupo étnico. Percebe-se que essas diferenças eram mais acentuadas na relação entre os alunos - homens das classes populares - e os professores e dirigentes da BPP - homens da elite-, porque se colocavam diferenças de classe e, em alguns casos, de grupo étnico entre ambos.

Minha leitura do material empírico permite dizer que os "homens da Biblioteca" sentiam-se superiores a todos os alunos, porque "eram bem nascidos", e em relação aos negros, porque eram brancos. Aos homens da elite eram atribuídas capacidades para o trabalho intelectual, e deles era esperado que fossem cultos, eruditos, polidos, retóricos, intelectualistas e "mais racionais". Aos homens das classes populares era suficiente que fossem bons trabalhadores, moralizados e disciplinados.

Os homens da elite e os das classes populares compartilhavam valores, hábitos, comportamentos, visões de mundo - especialmente no que tange às idéias da superioridade masculina -, mas havia, também, formas de masculinidades específicas de cada classe social, o que significa dizer que a condição de classe - e de grupo étnico - interferia (ainda hoje interfere) na formação da masculinidade. Referindo-se aos gêneros, Guacira Lopes Louro e Dagmar Meyer (1994) fazem uma análise análoga a esta. Dizem as autoras

⁴O indivíduo que se ocupava de algum tipo de trabalho manual, artesanal, era chamado, na época, de artista.

que "há diferentes construções de gênero numa mesma sociedade - construções estas que se fazem de acordo com diferentes modelos, ideais, imagens que têm as diferentes classes, raças, religiões, etc, sobre mulher e sobre homem" (p.3). Connel (1993) também desenvolve este argumento. Exemplificando a partir de diferentes culturas e diferentes contextos o autor aponta para a convivência de diferentes "masculinidades" em uma mesma sociedade. Referindo que a masculinidade hegemônica das sociedades não é a única, o autor fala de uma "tensão" entre esta e outras masculinidades das "classes e raças subordinadas" (p.610). Estas reflexões auxiliam no sentido de pensar que, mesmo as aulas noturnas sendo um espaço de convívio de indivíduos apenas do gênero masculino, outras diferenças ocasionaram momentos de rivalidades e disputas, isto entre os próprios alunos e destes com os professores. Estes aspectos serão analisados, mais detidamente, adiante.

Apesar de os Livros de Matrículas não deixarem dúvidas quanto à presença exclusiva⁵ dos homens como alunos, isto pouco foi explicitado nos regulamentos, notícias ou relatórios. Pelo visto não houve muita discussão quanto à clientela que deveria frequentar as aulas noturnas. Quando da fundação da BPP uma extensa discussão foi desencadeada sobre uma Biblioteca para mulheres ou para a população em geral, indistintamente de classe, gênero ou idade. O mesmo não aconteceu - ou se aconteceu não mobilizou muitos interlocutores a ponto de ser registrado - com a criação dos cursos noturnos.

A partir da análise do material de pesquisa é possível dizer que a presença masculina foi algo dado, natural, normal, como se houvesse um "código social" determinando este espaço como masculino. Possivelmente, pouco foi dito e, certamente, nada foi escrito sobre isto. Houve silêncio sobre a ausência feminina nos cursos. Considerando-se a condição social da mulher no século XIX quando os cursos iniciaram suas atividades, é possível compreender a inserção exclusivamente masculina nas aulas da Biblioteca: para as mulheres convinha que desempenhassem outras tarefas, em outros espaços e em outros horários, que não o da noite⁶. Além disso é preciso

⁵Ao longo dos trinta e oito anos de análise dos cursos noturnos houve apenas duas matrículas femininas, uma delas para o curso de inglês. Não há indícios, pelos resultados dos exames finais, que as duas meninas tenham frequentado os cursos. Isto permite falar na presença exclusiva dos homens. Adiante apresento os dois casos de matrícula feminina.

⁶Há um interessante versinho popular, retirado de um cancionário gaúcho, sobre as moças pelotenses e suas atividades. Diz o versinho: Na cidade de Pelotas
As moças vivem fechadas;
De dia fazem biscoitos,

considerar que as escolas noturnas públicas de instrução primária no Brasil, naquele período, estavam destinadas apenas aos homens, por força da legislação. Este foi, de alguma forma, um elemento inibidor da presença das mulheres em cursos noturnos particulares, como era o caso das aulas da Biblioteca, uma vez que a referida legislação instituiu normas de validade nacional⁷. Ainda os cursos noturnos para jovens e adultos das classes populares eram uma experiência muito recente no Brasil na década de 70 do século XIX. Pela lógica da organização social dos gêneros, então, era mais plausível que as aulas fossem destinadas apenas aos indivíduos do sexo masculino.

É interessante observar que a linguagem usada pela imprensa nas primeiras chamadas para a matrícula nas aulas noturnas não revela essa exclusividade masculina. O *Correio Mercantil*, desde os primeiros dias do ano de 1877, divulgou um convite nos seguintes termos:

(...) São, pois, convidados a inscreverem-se no competente livro [de matrícula], à disposição na Biblioteca, *aquelas pessoas* que quiserem dedicar-se ao estudo gratuito das matérias acima mencionadas (*Correio Mercantil*, 23/01/1877) (Grifo meu).

Igualmente nos avisos publicados em outros jornais - como O *Diário de Pelotas* -, a referência é a mesma. Usando a expressão *as pessoas*, O *Diário* publicou durante uma semana o aviso de que as matrículas para as aulas noturnas estavam abertas. Eram, portanto, avisos genéricos - *aqueles que quiserem, as pessoas, quem quiser se matricular* -, que não determinavam, inicialmente, que as aulas eram destinadas aos homens⁸.

De noite sonham caladas (*Diário Popular*, 27/08/1993).

⁷O Decreto 7031 de 06/09/1878 que criou cursos noturnos para adultos nas escolas públicas de instrução primária de 1º Grau para indivíduos do sexo masculino do município da Corte serviu de base para todas as Províncias do Império, conforme afirmei anteriormente, muito embora as aulas noturnas particulares tivessem autonomia para criar seus próprios Regulamentos; foi o que fez a BPP. Mesmo considerando as diferenças nos Regulamentos percebe-se uma certa influência do decreto 7031. Sobre a presença de mulheres em cursos noturnos Celso Rui Beisiegel (1974:61) faz referência a três cursos noturnos de ensino primário na Província do Ceará, em 1879, dois para homens e *um para moças*. É a única referência que conheço de aulas noturnas para mulheres neste período.

⁸Pode-se indagar quanto ao público que tinha acesso à leitura dos jornais e de que forma os alunos ficaram sabendo da abertura das aulas. É provável que os avisos publicados tivessem como alvo especialmente patrões ou responsáveis por menores que desempenhavam tarefas domésticas, às vezes negros livres ou libertos que viviam nas casas como "filhos adotivos", o que era relativamente comum neste período. Seguramente, também, as informações circulavam oralmente - e com certa rapidez - entre os indivíduos das classes populares.

A questão é: quem - e onde, e por quê - determinou que as aulas fossem somente para homens? É possível que os documentos a que tive acesso não tenham sido os únicos a registrar as normas de funcionamento das aulas noturnas, mas certamente são documentos importantes: o regulamento dos cursos, as Atas da Biblioteca - inclusive a Ata onde está registrada a discussão sobre a abertura dos cursos - e os jornais do período - especialmente o *Correio Mercantil*, que naquele momento servia de "porta voz" da BPP. Mesmo considerando os limites de um documento escrito, se houvesse uma determinação no sentido de que as aulas fossem apenas para homens, algum destes documentos certamente a teria mencionado, ainda que de forma indireta. Isto não aconteceu. Seria possível, ainda, ser esta uma norma que circulava apenas oralmente? Que alguma mulher se tenha interessado pelas aulas e procurado a BPP, mas tenha sido impedida de matricular-se? É pouco provável. Às mulheres não era vedada a frequência aos cursos noturnos. Em 1878, Antonio Joaquim Dias, o "benemérito" da BPP, matriculou sua filha Antonieta Dias, então com 9 anos de idade, para as aulas de inglês. Certamente sua posição social e familiar permitiu que fosse matriculada no curso. Mas não existe indício algum de que ela tenha, efetivamente, frequentado essas aulas que, além de tudo, eram independentes das aulas de instrução primária; o inglês juntamente com o francês, eram considerados "artes superiores" (os matriculados nas aulas de instrução primária poderiam ou não frequentar as aulas de inglês ou francês, em um dia da semana). Além da matrícula de Antonieta Dias, os Livros registram mais uma matrícula feminina (antes de 1915). Uma menina de 10 anos, de nome Maria Bastos, foi matriculada em 1910, juntamente com seu irmão Pedro Bastos de 12 anos. Nenhum dos dois aparece na lista do exame final e não há, também, como afirmar que a menina tenha frequentado as aulas. Veja-se, porém, que a matrícula de Maria Bastos é bem posterior à matrícula de Antonieta Dias, já no final da primeira década do século XX. Um dado significativo é o fato da menina ter sido matriculada na companhia de um irmão, o que também aconteceu com Antonieta Dias, o que pode indicar que a presença de um irmão - alguém do gênero masculino - legitimava ("autorizava") a matrículas das meninas.

Assim como matriculou sua filha Antonieta Dias, o jornalista Antonio Joaquim Dias matriculou, em 1878, seu filho César Dias para as aulas de português, no curso de instrução primária. Provavelmente César Dias, como sua irmã, não tenha frequentado as aulas, já que nenhum dos dois aparece nos resultados finais. O que possivelmente aconteceu, neste caso, considerando-se que Antonio Joaquim Dias era um idealista, foi uma

tentativa de "qualificar" o espaço. Ao matricular seus filhos nas aulas da Biblioteca, o jornalista emprestava aos cursos legitimidade junto às "boas famílias" e aos patrões, motivando-os para que matriculassem nas aulas noturnas, sem temores, seus filhos, aprendizes e empregados, já que aquele era um espaço "de respeito", mesmo atendendo às *camadas mais ínfimas da população* (Correio Mercantil, 24/08/1877).

Se não houve uma determinação, uma norma escrita (possivelmente nem oral) específica, impedindo as mulheres de freqüentarem os cursos noturnos de instrução primária, deve ter ocorrido, então, como já mencionei, influência de um código social, que determinava os espaços e as tarefas masculinas e femininas. Os discursos e as práticas sociais de homens e mulheres instituíram a norma. Isto não significa, obviamente, que as mulheres não trabalhassem em atividades fora de casa ou que não estudassem. Significa que havia padrões dominantes de comportamentos que ditavam o que era adequado ou não para homens e para mulheres. Sair de casa à noite, "misturar-se" aos homens para estudar, não era conveniente para mulheres, mesmo que fossem mulheres das classes populares. É preciso considerar também que a Biblioteca era um espaço masculino, onde os homens decidiam, administravam, controlavam, e a circulação feminina era restrita. As mulheres da elite até participavam das atividades da Biblioteca, mas quase sempre em comemorações, atividades culturais como saraus, concertos, bailes ou desempenhando atividades consideradas da "natureza feminina". Nestas e em outras situações - como nas conferências, por exemplo - eram, sempre, acompanhadas pelos pais ou maridos.

Outro fator que certamente contribuiu para que as aulas fossem dirigidas apenas aos homens foi a grande preocupação da elite dirigente, naquele momento, com a preparação do **homem trabalhador**. Assim como a realidade brasileira, a sociedade pelotense, neste período, também se complexificava e exigia um número maior de trabalhadores para assumir as atividades comerciais e industriais que cresciam com o desenvolvimento da cidade. Não é possível considerar que as mulheres tenham ficado de fora desta preocupação com a formação da força de trabalho, mas certamente os homens foram o alvo privilegiado, até porque eram eles que tinham maiores oportunidades de trabalho e de atuação na vida pública. As mulheres eram vistas como seres mais passivos, dependentes, dóceis, fáceis de controlar, embora, com relação àquelas das classes populares, houvesse preocupação quanto à prostituição. Houve, em relação a elas, um incentivo ao trabalho doméstico, especialmente na década de 80, no auge do processo abolicionista. Mas o homem possuía, no imaginário sexista, uma

personalidade violenta, incontrolável. Pior ainda, na concepção dos grupos dominantes, se fosse pobre e/ou negro. Boa parcela dos alunos dos cursos noturnos reunia estas características. Eram as aulas noturnas, portanto, um espaço privilegiado para atingir uma parte desta população e para concretizar o projeto da elite de moralizar o povo, de incutir amor ao trabalho e aos estudos, como forma de combater o ócio, a vagabundagem, o atraso e atingir, enfim, o progresso pleno da cidade.

Se os cursos da BPP se constituíram como masculinos por uma "imposição" social, pouco a pouco esta condição de um espaço de e para homens consolidou-se, durando trinta e oito anos. Mesmo quando, em 1915, as mulheres conquistaram o direito efetivo de frequentar aulas gratuitas na Biblioteca, para aprender a ler e a escrever, as aulas eram diurnas. Elas não puderam, ainda, dividir com os homens o espaço noturno! Os cursos da Biblioteca, ao se consolidarem como um espaço masculino, foram um dos mecanismos - entre vários na sociedade - que reforçaram e difundiram a naturalização da desigualdade entre os gêneros. Aos homens, os espaços públicos, sem restrições; às mulheres, o espaço doméstico, e o espaço público apenas com muitas restrições!

Em maio de 1877, quando as aulas noturnas já aconteciam há quatro meses, o Correio Mercantil registrava o caráter masculino dos cursos com as seguintes palavras:

Ainda não está completa a matrícula dos frequentadores efetivos e aceitam-se gratuitamente *todos os homens ou meninos livres* (Correio Mercantil, 17/05/1877).

Neste pequeno aviso explicita-se a exclusão de dois segmentos sociais: as mulheres e os escravos. A fração da elite pelotense, à testa do projeto, em que pese seu vanguardismo, não se propunha a romper com todos os padrões vigentes na sociedade. Os negros podiam frequentar as aulas, desde que fossem livres ou libertos. Por outro lado, a presença dos negros nas aulas da Biblioteca pode ser considerada um avanço para a época, uma vez que o fato de ser negro era motivo suficiente para que o indivíduo sofresse toda espécie de rejeição e preconceito. Em uma sociedade escravocrata e discriminatória, onde a imagem do negro era associada somente a aspectos negativos, como inferioridade, incapacidade, indolência, vícios, imoralidade, barbarismo, violência, abrir-lhes as portas de uma instituição como a BPP, criada e mantida pela elite, parece surpreendente. Mas justamente porque o objetivo era manter a ordem, disciplinar, incutir preceitos de *moralidade e civilidade*, palavras constantemente utilizadas

pelos dirigentes e professores dos cursos noturnos, é que as aulas não podiam, na visão destes, prescindir da presença dos negros.

Após a notícia do Correio Mercantil de maio de 1877, há pouco referida, em várias outras notícias, relatórios, avisos e chamadas de abertura das matrículas, a condição masculina dos alunos foi claramente exposta, como se até então esta condição não tivesse sido assumida. Veja-se os exemplos a seguir:

A manutenção dos cursos noturnos da BPP, para a freqüência de crianças e adultos do *sexo masculino*, seria suficiente para recomendar esta instituição ao apreço de todo o Brasil... (Relatório de mês de fevereiro de 1882. Elaborado pelo diretor do mês, J.J. César) (Grifo meu).

No início do século XX isso é referido de forma mais contundente. O jornal Correio Mercantil publicou, em 1904, a seguinte nota:

Só poderão freqüentar o curso noturno *os rapazes e adultos* que não puderem freqüentar as aulas públicas, como os empregados de fábricas, serventes de casas de família, e outros que se acharem nestas condições.

A matrícula no curso noturno é feita com a maior facilidade, *bastando os patrões se dirigirem à Biblioteca* onde lhes serão fornecidas todas as explicações que carecem (20/01/1904) (Grifos meus).

O *tutelamento* por parte dos patrões é um aspecto que sobressai nesta notícia do Correio Mercantil. Por isso, os Livros de Matrículas registram, em vários anos, "figuras ilustres" da sociedade pelotense que se "responsabilizavam" por alguns alunos, principalmente os menores. O aluno que fosse matriculado nas aulas da Biblioteca sob a responsabilidade de uma pessoa "bem nascida" tinha um status diferente no grupo, já que sua figura era sempre associada a de seu "protetor". Isso aumentava a responsabilidade do aluno em relação ao seu próprio comportamento e ao processo de aprendizagem: ele tinha o dever de ser um bom aluno sob todos os aspectos.

Este tutelamento estava, em grande parte, associado ao fato de que a elite considerava as classes populares como incapazes, além de naturalmente inclinadas para o mal, para a desordem, enfim, para o mundano. As classes populares eram, no Brasil do século XIX, segundo Sidney Chalhoub (1986), sinônimo de classes perigosas, com tendências à ociosidade e aos vícios. Em relação aos alunos menores da BPP, havia um sentimento de que estes

necessitavam de uma "proteção" especial, além de exemplos e referências "civilizadoras", já que também à infância pobre se associavam sentimentos negativos. Esta proteção e este exemplo civilizador só poderiam vir da elite, que se considerava hierarquicamente superior e melhor. Segundo Margareth Rago (1987) na representação imaginária que os dominantes faziam da infância esta era percebida como "superfície chata e plana, facilmente moldável, mas por outro lado, como ser dotado de características e vícios latentes que deveriam ser corrigidos por técnicas pedagógicas para constituir-se em sujeito produtivo da nação" (p.122).

Este imaginário da infância pobre como grupo dotado de vícios e defeitos fazia com que a elite pelotense experimentasse uma certa rejeição em relação aos alunos menores. Estes eram constantemente desqualificados, principalmente porque muitos não se adequavam facilmente às normas de disciplinamento prescritas. Estava presente - estreitamente associada à condição de classe dos menores-alunos - a idéia de infância perversa, ou, para usar uma expressão de Phillippe Ariès (1981), que revela a visão da elite em relação aos menores, a infância e a juventude eram consideradas *idades da imperfeição*. É interessante observar que, em pleno final do século XIX, pode-se perceber, no discurso da elite pelotense sobre a infância, notável semelhança com o que foi identificado por Julia Varela e Fernando Alvarez-Uria (1992) no discurso dos reformadores católicos e protestantes do século XVI. Estes autores procuram explicar a relação entre as visões da infância e a condição social dos sujeitos. Segundo eles os reformadores instituíram diferentes infâncias, desde a infância de qualidade dos filhos das classes distinguidas, até a infância rude das classes populares. Ao apresentarem esta diferenciação, os autores esclarecem que, no século XVI, a infância estava longe de ter uma delimitação enquanto uma etapa cronologicamente precisa. Mesmo não havendo, segundo Varela e Alvarez-Uria, precisão e consenso sobre a infância, algumas características eram conferidas a esta etapa da vida: maleabilidade, o que revelava que a criança precisava ser modelada; fragilidade e imaturidade, o que justificava sua tutela; "rudeza", portanto passível de ser civilizada; fraqueza de juízo, o que exigia desenvolver a razão. Em Pelotas, na virada do século, especialmente a infância e a juventude pobre que freqüentavam as aulas noturnas da Biblioteca eram considerados grupos de indivíduos incompletos, necessitados, maleáveis, fracos e volúveis.

Outro fator a ser considerado é que os cursos noturnos foram projetados não exclusivamente, mas principalmente, para os trabalhadores pelotenses. E era principalmente na condição de trabalhadores que crianças

do sexo masculino podiam freqüentar as aulas, já que o trabalho infanto-juvenil era uma realidade em Pelotas. Para ser aceito no curso a condição de trabalhadores se sobrepunha à faixa etária, ou seja, ao fato de serem crianças. Tratavam-se de indivíduos das classes populares, já inseridos no mercado de trabalho e vivenciando relações de trabalho concretas. Era como trabalhadores, e não como crianças, que estes sujeitos tinham acesso aos cursos. Ser trabalhador, porém, não era uma exigência, mas uma justificativa para a presença das crianças.

A exploração da mão-de-obra infantil em Pelotas no século passado favorecia, naturalmente, aos proprietários, uma vez que as crianças eram aprendizes de ofícios e não recebiam salários ou, quando isto acontecia, os salários eram insignificantes. Era também relativamente comum que, neste período, crianças trabalhassem apenas em troca de moradia e comida, principalmente em serviços domésticos. O trabalho para estas crianças era pesado e as exigências muitas, pois a elite mantinha um estilo de vida com muitos "rituais" o que exigia um trabalho minucioso por parte dos "criados". Além disto, essa elite habitava amplos casarões, aumentando significativamente o trabalho doméstico.

Desde as primeiras décadas do século XIX há referências a crianças negras prestadoras deste tipo de serviço. August de Saint-Hilaire (1974), nos relatos de viagem ao Rio Grande do Sul no século XIX, descreveu, ao visitar a residência de um charqueador pelotense, as condições de trabalho de *um pequeno negro de dez ou doze anos*. O autor registrou as seguintes palavras: "não conheço nenhuma criatura mais infeliz que essa criança, jamais sorri e em tempo algum brinca!"(p.28). Saint-Hilaire escreveu ainda que "não é a única casa que usa esse impiedoso sistema: ele é freqüente em outras" (p.28).

Neste sentido a realidade e a presença de crianças na "escola da Biblioteca" merece maiores considerações. Pelo registro nos Livros de Matrículas das profissões dos alunos - de artistas ou de serviços domésticos, em grande número -, das idades e dos nomes dos homens que se responsabilizavam por estes alunos menores, suponho que esta fosse a realidade de um número significativo de crianças que freqüentavam as aulas da BPP. Não há dúvida de que havia menores aprendizes de ofícios e crianças que ocupavam-se dos serviços domésticos; trabalho, porém, com a hipótese de que algumas destas crianças eram negros nascidos depois da Lei do Ventre Livre (1871), que viviam sob o tutelamento de alguma família de posses desempenhando trabalhos no âmbito doméstico. É o que depreendo dos Livros de Matrículas e de notícias como esta:

Faleceu o aluno Francisco Detroyat, de 8 anos de idade, sendo o seu *encarregado* o Sr. Hypólito Detroyat nosso companheiro de diretoria (Do relatório do mês de fevereiro de 1882. Diário de Pelotas, 12/04/1882) (Grifo meu).

A denominação "encarregado" sugere que Hypólito Detroyat, membro da diretoria da BPP, não era pai do menino, pois dificilmente a morte de um filho de alguém na posição de Hypólito seria noticiada desta forma. O uso, por parte dos escravos e ex-escravos, do sobrenome dos senhores, foi uma prática corriqueira, não apenas no Brasil, mas em todos os países americanos - fato assaz testemunhado tanto pela historiografia como pela literatura e a memória remanescente da escravidão. Acrescente-se a isso o fato de que as crianças nascidas após a Lei do Ventre Livre, filhas de escravas, ficavam sob responsabilidade dos senhores dos seus pais. Esses senhores deveriam sustentá-las até que atingissem a maioridade, podendo, em contrapartida, usufruir plenamente da sua força de trabalho. A exploração do trabalho infantil de crianças nascidas legalmente livres que daí decorria é óbvia. Outro aspecto a ser considerado - e isto foi constatado por Agostinho Dalla Vecchia (1994) em seu trabalho com descendentes de escravos na região meridional do Rio Grande do Sul - era a existência, relativamente comum, dos chamados "filhos de criação", crianças entregues para serem criadas em famílias de condições sócio-econômicas favoráveis. Estes "filhos de criação", na realidade, desempenhavam as tarefas domésticas sem receber qualquer remuneração pelos serviços e viviam, segundo o autor, em regime de servidão. Todos estes fatos somados sugerem a possibilidade de existirem alunos menores que subsistiam numa ou noutra dessas condições de dependência e subordinação.

Há ainda um outro dado sobre as crianças que freqüentavam as aulas noturnas que merece ser considerado. Era extremamente comum que fossem matriculados na Biblioteca meninos da mesma família, dois ou três irmãos, com pequena diferença de idade. Praticamente todos os anos pesquisados registram isso, apontando para o fenômeno do analfabetismo como uma realidade das classes populares pelotenses. Este fenômeno deve ser compreendido no seu aspecto social. Analfabeto não é apenas aquele que não saber ler e escrever, mas também aquele que foi privado, pelas circunstâncias sociais e históricas, de freqüentar a escola. Aqui, neste caso, as condições de classe - e também étnicas - produziram esta realidade. Embora os "homens da Biblioteca" tentassem associar o analfabetismo ao vício, às trevas, ao crime, ele era, na verdade, a expressão da realidade

social, que reservava às classes populares, precocemente, o mundo do trabalho.

Os cursos noturnos representaram a oportunidade de alfabetização de parte desta parcela da população que, em função da necessidade de trabalho, estava alijada da instrução via escola regular. Os meninos das classes populares não se alfabetizavam na idade prevista, o acesso à leitura e à escrita para estes segmentos dava-se mais tarde - como ainda hoje. A idade média, no caso de meninos da mesma família, variava de 10 à 19 anos (o maior número de matriculados se concentrava nesta faixa etária). Como exemplo pode-se citar, no ano de 1901, a matrícula dos irmãos Malva: Juvenal Malva, 13 anos, servente; João Malva, 11 anos, tipógrafo; Nelson Malva, 10 anos, carvoeiro. Ou, ainda no mesmo ano, de outro grupo de irmãos: Evaristo Rodrigues da Silva, 17 anos; Manuel Rodrigues da Silva, 13 anos; Pedro Rodrigues da Silva, 10 anos; todos chapeleiros. Como neste caso, há muitos outros grupos de irmãos desempenhando a mesma atividade profissional, o que poderia significar duas coisas: ou os meninos eram colocados em oficinas de artesãos como aprendizes ou trabalhavam em família. Realidade ordinária entre as classes populares, o trabalho de todos os membros de uma mesma família era a possibilidade de sobrevivência, pois significava o aumento da renda. Em 1895 há, também, o registro de três meninos da mesma família matriculados na escola da Biblioteca: Manoel José Ferreira Branco, 8 anos; Adriano José e Antonio José Ferreira Branco, ambos de 10 anos, todos carpinteiros. O caso dos irmãos Ferreira Branco, além de constatar que uma mesma atividade poderia envolver a família toda, às vezes dos pais aos filhos menores, revela que isto começava muito cedo. O aluno matriculado com apenas oito anos de idade, assim como os irmãos, também era carpinteiro. Além da necessidade de empregar a mão de obra de todos os membros da família para garantir a sobrevivência, é possível considerar o argumento apresentado por Rago (op.cit.). A autora, referindo-se à introdução de grandes contingentes de menores nas indústrias no início do século, diz que a função moralizadora do trabalho era a justificativa dada pelo patronato para o uso desta força de trabalho, que não raro era compartilhada pelos pais destas crianças. Segundo Rago os pais participaram da "ética puritana do trabalho, coniventes com a representação imaginária do trabalho como atividade redentora e enobrecedora, formadora do bom caráter do cidadão ou seja, como uma virtude" (p.136). Era associado ao trabalho, enquanto elemento moralizador, um caráter salutar que impedia "a vagabundagem e o desperdício das energias das crianças" (p.136). Neste sentido, o trabalho desde a mais tenra idade não só era aceito

como também incentivado pelas próprias famílias das crianças das classes populares.

A matrícula de menores estrangeiros nos cursos noturnos, alguns na situação de analfabetos e a grande maioria desempenhando atividades manuais, permite uma consideração. Possivelmente muitas destas crianças eram matriculadas para aprender uma língua que não dominavam: o português; sugere também a condição de pobreza e de não instrução de uma parcela dos imigrantes que se deslocaram para Pelotas.

Dada esta realidade dos trabalhadores-crianças, a escola da Biblioteca, que nasceu originalmente para ser uma escola de adultos, tornou-se escola para *menores e adultos*. Se o objetivo primordial era atender trabalhadores, era impossível delimitar a faixa etária. O Relatório elaborado pelo diretor da BPP, em fevereiro de 1882, apresenta claramente o tipo de clientela da escola noturna. Diz o Relatório:

Os alunos são adultos e menores: aqueles só freqüentam o curso quando suas conveniências e trabalhos o permitem, e isso mesmo quando suas ocupações são na cidade, sendo apesar disso os mais aplicados.

Os menores podem dividir-se em 3 ordens: 1º, de aprendizes de ofício, cujos mestres pouco valor dão à instrução, não lhes permitindo tempo para estudos em casa; 2º, de crianças que ocupam-se de serviços domésticos, e por isso sem tempo para aplicarem-se aos livros; 3º, de incorrigíveis, alguns saídos das aulas públicas e outros pertencentes a famílias pobres, que os mantém na ociosidade ou em ocupações caseiras (Relatório do mês de fevereiro de 1882. J.J.Cézar).

Além de revelar que havia rotatividade e interrupção dos estudos entre alunos-adultos, em função do trabalho que era realizado fora da cidade em determinadas épocas, o Relatório apresentava uma realidade que não se diferencia da vivida ainda hoje nas escolas noturnas: são os excluídos *na e da escola* (Alceu Ferrari, 1985) que têm como única oportunidade os cursos noturnos. No caso da escola da BPP, os menores que freqüentavam as aulas ou nunca haviam cursado a escola antes (exclusão da escola) ou eram aqueles que, freqüentando a escola, foram dela excluídos (exclusão na escola). Em 1882, eram apresentados como incorrigíveis (hoje são os indisciplinados), o que era motivo suficiente para sofrerem toda espécie de disciplinamento e perseguições. Estes alunos, na maioria crianças, eram identificados como desordeiros, vagabundos, desocupados.

Assim, tendo adultos e crianças-trabalhadoras - alguns deles tidos na conta de *incorrigíveis* - como alunos, os cursos noturnos priorizaram uma instrução que estivesse associada à educação moral. *Não é bastante instruir. É necessário educar. Educar para o trabalho, educar para o bem e para o útil. Instrução e educação constituem elementos essenciais ao progresso das nações e à felicidade dos povos*, defendeu o Correio Mercantil em 11/01/1884. O projeto de aliar educação - entendida como moralização do povo - e instrução - compreendida como acesso a alguns conhecimentos eruditos - foi levado a efeito nas aulas da BPP, principalmente porque uma parcela da elite pelotense assumiu como seu papel social oferecer instrução e educação para as classes populares. Mas se este trabalho por um lado atendia interesses dessas elites, por outro era entendido como filantropia para com as *classes desfavorecidas*, como algo messiânico. Um discurso do secretário da BPP, Alfredo F. Rodrigues, reproduzido pelo jornal A Pena, órgão do Clube Literário Apolinário Porto Alegre, esclarece o espírito dos idealizadores da Biblioteca em relação aos cursos noturnos. Foi um pronunciamento longo, feito na Biblioteca em 03/08/1884. Alfredo F. Rodrigues manifestou-se de forma veemente em favor dos cursos:

(...) O motivo que me faz sair da obscuridade em que vivo é mais nobre, é mais digno. Esse motivo é um sentimento maior que a caridade, é um sentimento que deve atuar fortemente no coração de todos nós, - é a filantropia.

(...) Pois bem, senhores, é para a escola que pedimos. Pedimos para essas criancinhas sem pão, para essas que amanhã constituirão uma parte de nossa sociedade, que terão a seu cargo irmãs, esposa, filhos e quiçá uma mãe doente e alquebrada pela idade e que sem vosso concurso de agora irão morrer no meio da miséria mais horrível.

(...) Estendei-lhe a mão e essa criancinha, magra, doente, andrajosa, irá recuperando forças e com o pão da instrução, pois a instrução é alimento, tornar-se-á um homem útil, talvez um grande homem.

(...)Esses homens, sem a instrução, votados a uma vida de miséria, sentirão despertar-se em si sentimentos nobres e elevados, pegarão numa enxada, num alvião, num buril, num malho, numa trolha, e assegurarão assim o sustento de muitas famílias, o futuro de muitas criancinhas. (...)

É preciso realçar, de início, o caráter apelativo do discurso, que certamente tinha como objetivo sensibilizar usando especialmente a figura

das *criancinhas*, já que sua íntegra revela que o propósito era solicitar ajuda financeira para concluir obras do prédio da Biblioteca. É preciso considerar, também, seu caráter masculino, quando o orador menciona irmãs, filhas, esposas, mães, chamando sempre a responsabilidade dos homens para com as mulheres, e colocando a instrução - ou melhor, o *pão da instrução* - como a solução definitiva para a vida destes homens. É, ainda, um exemplo de quanto os objetivos da escola masculina da Biblioteca estavam em consonância com o discurso pedagógico veiculado no Brasil na segunda metade do século XIX: a instrução como a principal fonte de progresso, de desenvolvimento, de soberania, de disciplina. Essa instrução era referida como a *luz do espírito, farol brilhante, movimento civilizador, lábaro santo*, nas palavras do Correio Mercantil (12/04/1877). As "mazelas" sociais eram responsabilidade da falta de instrução do povo. O "povo sem instrução" era considerado uma ameaça, um perigo, uma doença que precisava ser combatida e vencida. *Educar e instruir o povo é a condição de vida e de progresso. É preciso abater a grande massa de ignorantes que hoje é uma ameaça, amanhã será um perigo, e mais tarde (...) talvez uma verdadeira ignomínia*, discursou o presidente da BPP, em 1905, no encerramento anual das aulas.

Nos discursos dos "homens da Biblioteca" explicitava-se um dos objetivos que mobilizaram a elite a oferecer as aulas noturnas na BPP: a formação, pela instrução, do homem das classes populares para o trabalho. E formar o trabalhador significava inculcar-lhe sentimentos de gosto pelo trabalho, de responsabilidade, de obediência, de respeito e, principalmente, de amor às "coisas" do espírito. Isto, em última instância, deveria produzir trabalhadores regrados, contidos, disciplinados, moderados, civilizados, capazes de conviver harmoniosamente em sociedade e de manter a ordem social, que deveria ser aceita como naturalmente constituída de proprietários e de trabalhadores, de pobres e de ricos. Evidentemente, eram uma preparação e uma formação que supunham, como única possibilidade para estes homens, o trabalho manual. Houve um esforço, especialmente nas últimas décadas do século XIX, no sentido de valorizar este tipo de trabalho. Em 1884, no mesmo ano da abolição da escravatura em Pelotas, o jornal Correio Mercantil publicou longa matéria salientando as vantagens do trabalho manual. Condenou com veemência os *moços e meninos* que não trabalhavam, que desperdiçavam o tempo em casa, vagando pelas ruas ou freqüentando bilhares e bodegas, na prática de ações degradantes. Uma verdadeira mocidade perdida, atraso da sociedade, nas palavras do jornal. Concluía a matéria com as seguintes afirmações:

Nas oficinas, nas artes, na lavoura, também existem glórias, fortunas e venturas para os que procuram explorá-las com o suor do rosto, com sua inteligência e atividade.

Dentre todas as classes sociais, o artista é o homem mais livre e independente.

Não está nem sujeito aos caprichos da sorte nem adstrito às vontades dos que lhe fornecem os meios de subsistência.

Façam-se artistas e operários que não é vergonhoso nem desonra envergar a blusa e manejar o buril, a serra e o martelo para produzir a manufatura que enriquece a família, aumenta o progresso e engrandece a pátria. Educação e trabalho, artes e ofícios, eis do que necessitamos para amenizar o presente e garantir o futuro (11/01/1884).

O objetivo das aulas da Biblioteca era, portanto, oferecer um espaço para que os homens das classes populares aprendessem a ler, a escrever e a contar, isto associado a uma forte educação disciplinadora para que, então, desempenhassem competentemente suas funções no mundo do trabalho manual, sem no entanto alterar a ordem social.

Com a difusão da instrução entre as camadas populares havia, também, a pretensão de vencer a "velha sociedade", representada pela escravidão, pela monarquia e pela ignorância, consideradas pelos idealizadores da BPP e dos cursos, as principais mazelas da sociedade. Não é à-toa que alguns dos homens que estiveram à frente da Biblioteca eram abolicionistas, republicanos e, ainda, ferrenhos críticos da Igreja Católica e defensores da instrução para o povo. Para estes o estabelecimento de uma "nova era" demandava uma sociedade que se preocupasse com a instrução e com os índices de analfabetismo do povo, "mal" que, se não fosse vencido, retrancaria o avanço e o processo de modernização social que estava em franco desenvolvimento. Isto representava um desafio para uma cidade como Pelotas, que tinha na Europa - mais especificamente na França - o modelo ideal de sociedade⁹.

⁹ A França era referência para a elite pelotense em muitas situações. Em 1875, nas primeiras discussões acerca dos cursos noturnos o Correio Mercantil refere o exemplo da França como modelo de sociedade em que cursos noturnos alcançaram objetivos exemplares entre as camadas populares. Diz o jornal: "Um exemplo bem vivo e bem recente tem sido a França, com especialidade depois do desastre do Império. As estatísticas curiosas das suas classes noturnas, o número extraordinário dos alunos que frequentam, os maravilhosos progressos que constantemente manifestam, ainda há bem pouco nos deram em Jacy, o menino-poeta, nascido nas últimas camadas da sociedade parisiense, um exemplo animador. A França, a primeira que compreendeu o grande

As aulas noturnas possibilitavam, portanto, a oferta de ensinamentos que, ultrapassando a instrução, os rudimentos básicos de ler, escrever e contar, atingissem também (e principalmente) a vida desses homens na sua totalidade, não apenas nos aspectos cognitivos: ensinamentos *de moralidade, de civilidade*, que alterassem os valores, o comportamento, a forma e o estilo de vida, para aquilo que a elite instituiu como correto, melhor. Na visão destas elites, as classes populares estavam divididas entre os que trabalhavam e os que não trabalhavam, entre o ócio e o trabalho, entre sujeitos perigosos (não trabalhadores) e civilizados (trabalhadores). Para manter a ordem social era preciso transformar todos os homens pobres em trabalhadores. Assim, os homens que idealizaram a Biblioteca e os cursos noturnos sabiam muito bem o que queriam dos homens que freqüentavam as aulas: que fossem bons trabalhadores - até porque alguns destes alunos eram empregados destes mesmos homens que criaram esses cursos. E havia, também, uma rede de solidariedade entre os homens da elite: formar bons trabalhadores para si e para seus pares.

Em alguns discursos é possível perceber o objetivo da formação do homem-trabalhador através da educação moral. Observe-se alguns exemplos:

Resta agora que os pais ou encarregados dos meninos a quem faltam as primeiras noções de instrução, aproveitem o favorável ensejo que gratuitamente se lhes oferece para prepará-los de maneira a *tornarem-se úteis à Pátria e à sociedade* (Correio Mercantil, 26/01/1879) (Grifo meu).

Sem a menor retribuição a Biblioteca oferece-se a *esclarecer o espírito* de homens e crianças, e no entanto o número de alunos que freqüentam os cursos não é o que se devia esperar.

Mesmo grátis há muitos que não querem aprender!

E os meninos andam por aí como vagabundos, sem ao menos possuírem ligeiras *noções de moral e bons costumes*, e os pais pouco se importam com esse estado de ignorância e atraso (Diário de Pelotas, 17/06/1879) (Grifos meus).

pensamento da instrução fácil e gratuita, a despeito da sua organização centralizadora, abre hoje uma lista de notabilidades literárias e científicas que rasgaram as trevas do pleubismo para luzirem como belíssimas estrelas nos destinos morais da grande nação" (Correio Mercantil, 14/04/1875).

Os cursos noturnos franqueados à população, foi uma idéia sublime, pois neles o artista, o menino desvalido, vai encontrar o *pão para o espírito*, e sair desse mundo de *ignorância tão prejudicial à sociedade* (Correio Mercantil, 04/12/1877) (Grifos meus).

É bastante interessante a analogia da instrução com o pão - no caso, pão espiritual - que constantemente aparece nas falas dos "homens da Biblioteca". É como se os indivíduos que não *alimentassem o espírito*, que não *bebessem os conhecimentos*, estivessem fadados a uma "morte" precoce. Não instruir-se era, naquele momento, morrer espiritualmente, ou o mesmo que cometer um crime, principalmente se a chance estava ao alcance das classes populares com os cursos da BPP. *A ignorância é um crime imperdoável, quando para combatê-la se apresenta a luz e é repudiada*, afirmava o Diário de Pelotas (23/11/1879), comentando a pouca freqüência dos alunos nas aulas noturnas. As mesmas palavras foram mencionadas na posse da diretoria da BPP em 10/04/1877, em referência a essas aulas: (...) *hoje na nossa sociedade, depois de iniciada tão proveitosa instituição, será um crime que um homem, seja ele de que classe for, se diga analfabeto*.

Os cursos da Biblioteca eram, portanto, uma forma de *cultivar o espírito*, representavam a possibilidade de redenção dos homens das classes populares, isto é, eram um modo desses homens estarem mais *próximos da civilização*. A instrução era vista como valor e potencial de regeneração dos sujeitos, de liberdade, de racionalidade, de progresso. Estes eram, em última instância, os resultados morais da instrução, objetivo maior dos cursos noturnos. *A instrução realça um homem à um grau de elevada dignidade; a ignorância abate-o, coloca-o no mesmo nível dos irracionais* (Diário Popular, 24/02/1891). A idéia de que a instrução oferecia um grau de racionalidade maior em contraposição às paixões desenfreadas, aos maus instintos, à imoralidade, considerados traços constituidores da personalidade dos homens das classes populares, esteve pois fortemente presente no cotidiano desses cursos.

Na concepção das elites, este era o seu papel em relação às classes populares: iluminar, guiar, conduzir seus destinos. E este papel estava, no caso dos cursos noturnos, nas mãos de alguns poucos predestinados: os professores. Eram eles que desempenhavam a tarefa de oferecer aos meninos, rapazes e homens adultos que freqüentavam as aulas, as *luzes do espírito*, que *suavizarão os caminhos de suas vidas* (Correio Mercantil, 22/12/1905). Quando os alunos obtinham bons resultados nas aulas, ou quando o comportamento era considerado adequado e, portanto, merecedor de elogios, era sempre aos professores que estes elogios eram endereçados. O

mérito era sempre deles, *os dignos preceptores*, como se ao ensinar homens das classes populares realizassem uma tarefa quase impossível, beirando o divino.

Em algumas situações, os professores eram apresentados como os redentores de toda uma geração, os prestadores de um serviço social inigualável. Eram quase que endeusados, como se o oferecimento de seus *préstimos* à causa da educação do povo os tornasse diferentes - melhores - na hierarquia social, especialmente considerando que no primeiro ano de funcionamento dos cursos (1877), lecionavam gratuitamente na Biblioteca. Somente na metade do ano de 1878 é que a instituição garantiu, através de um subsídio da Assembléia Provincial, o pagamento de salário. Desempenhar as funções de professor nas aulas noturnas gratuitamente tornava-os ainda mais merecedores dos créditos da sociedade. Merecem atenção especial as palavras dirigidas a eles, quer seja pelos jornais, quer pelos diretores do mês¹⁰ da Biblioteca em seus relatórios. As expressões mais comuns eram: *distintos professores, dignos preceptores, generosos, hábeis, patrióticos, incansáveis professores, sustentáculos do estabelecimento, esforçados, dedicados, infatigáveis, inteligentes professores, novos pais, abnegados, empenhados, zelosos profissionais*, e outras tantas qualificações semelhantes.

A Comissão dos Exames Finais de 1885 deixa claro que era dos docentes o mérito pelo sucesso dos alunos:

Sendo este brilhante resultado *devido especialmente aos nobres esforços dos ilustrados professores*, os Srs. Francisco de Paula Pires e Pompílio Irahy da Fontoura, a comissão jubilosa louva-lhes o modo porque se houveram no desempenho de tão *ádua tarefa* e felicita a cidade de Pelotas por conter em seu seio uma instituição que tantas luzes espalha (Correio Mercantil, 16/01/1886) (Grifos meus).

Em outra situação, a Comissão dos Exames Finais também elogiou, de forma veemente, o trabalho destes *incansáveis homens do progresso*:

A Comissão felicitou calorosamente o distinto professor, a cuja dedicação e a cujos esforços se deve ali em grande parte os incontestáveis triunfos escolares nas classes operárias e desprotegidas (A Opinião Pública, 21/12/1904).

¹⁰ Diretor de mês era um cargo na diretoria da BPP. Além do presidente, vice-presidente, secretários e tesoureiros, eram eleitos, anualmente, doze diretores de mês.

Como já mencionei, esses professores, *distintos cavalheiros, dedicados cidadãos*, pertenciam à elite intelectual da cidade. Eram, em alguns casos, poetas, professores, diretores ou donos de escolas particulares de renome na cidade e na região. As palavras de um diretor de mês, em um discurso de encerramento das aulas noturnas, são interessantes, na medida em que expressam quem eram os homens que lecionavam nestes cursos. Na ocasião, o diretor afirmou que, nas aulas, os alunos se apossavam das noções de civilidade que lhes iam sendo incutidas pelo *distinto professor Sr. Rodolpho Alves Motta que, a par da sua ilustração é um moço de fino trato* (Correio Mercantil, 22/12/1905)

Esses *moços de fino trato* que estiveram à frente das aulas da Biblioteca eram modelo não só para os alunos como para a sociedade toda, pelo trabalho que prestavam, que se aproximava de caridade para com as *classes desfavorecidas*.

É interessante notar que foi especialmente a partir do século XVI que o trabalho do professor desenvolveu um caráter de vocação, de sacerdócio, permanecendo, muito fortemente, ainda hoje. Novamente, é possível remeter ao instigante trabalho de Varela e Alvarez-Uria (op.cit.), que apresentam a emergência, nas instituições escolares modernas, da figura do professor como um exemplo de virtude, especialmente nos colégios jesuítas. Foi atribuído ao mestre, segundo Varela e Álvarez-Uria, um novo estatuto, o de autoridade moral. Proprietário pessoal de saberes, de capacidade de decisão sobre os alunos, profundo conhecedor de técnicas didáticas e pedagógicas, dos "mistérios da alma infantil", o professor se transformou, nas palavras dos autores, em um *onipotente especialista*. Teve suas funções incrementadas. Além de ministrar novos saberes deveria aplicar técnicas didáticas e pedagógicas para estimular e normatizar colegiais, já que o objetivo maior da instrução popular era converter e integrar trabalhadores à nova ordem social burguesa. Diante deste novo estatuto, importava-lhe menos a retribuição material e mais as retribuições de ordem simbólica. Comparado a um sacerdote, ele foi investido de autoridade, dignidade e respeito. Estes sentimentos também são perceptíveis na sociedade pelotense em relação aos "homens das letras". Desde que adaptados ao estilo de vida das elites, "os letrados" tinham um status bastante elevado. Os bens simbólicos - conhecimentos, instrução, erudição, formação superior - eram extremamente valorizados e faziam de alguns professores parte integrante da elite, os quais contribuíam à sociedade colocando seu trabalho intelectual à disposição. Mas uma ressalva precisa ser feita. Nem todos os professores tinham *o mesmo* status. Os professores públicos, ainda que respeitados,

percebidos como modelo, eram diferentes dos professores das escolas particulares de Pelotas. Diferentes, porque nem sempre circulavam nos mesmos espaços e participavam das mesmas atividades, especialmente as assistenciais e culturais. Muitos dos professores das escolas particulares acumulavam outras funções: eram donos ou diretores destas escolas, advogados, poetas, jornalistas, políticos, escritores. Seu maior status talvez estivesse associado a estas atividades.

Era o caso da maioria dos professores dos cursos noturnos da Biblioteca, como Francisco de Paula Pires¹¹. Professor durante 14 anos na 1ª aula, Paula Pires ocupou, concomitantemente, desde 1877, os cargos de professor e bibliotecário da instituição, dos quais afastou-se apenas em 1892 quando foi dirigir o jornal O Rio Grande do Sul, na cidade de Rio Grande. Era republicano - fundou, dirigiu e redigiu o jornal Radical, órgão republicano pelotense - e abolicionista, tendo sido secretário do Clube Abolicionista. Como poeta, escreveu e publicou livros e muitos trabalhos literários em jornais como A Tribuna Literária e Álbum Literário, desenvolvendo também atividades de redator e diretor nestes semanários. Fiel aos princípios positivistas, que defendia e propagandeava, Paula Pires usou as colunas do Radical, de sua propriedade, para defender a liberdade de ensino, a separação da Igreja e do Estado e os direitos iguais de todas as religiões perante as leis. Escreveu no primeiro número deste jornal, que circulou no dia 05/01/1890, as seguintes palavras: *Propagará as doutrinas positivistas, convencido de que elas exprimem as maiores conquistas do nosso século*. E, revelando sua identificação com os princípios fundamentais defendidos pelos positivistas brasileiros, afirmou: (...) *Será sempre decidido propugnador da liberdade de cultos, do casamento civil e da secularização dos cemitérios, como corolários da grande naturalização*. Escreveu várias vezes sobre estes assuntos e ocupou-se muito em expor suas idéias anticlericais. Denunciava que as escolas públicas insistiam em manter o ensino religioso em suas aulas, mesmo depois que a República fora instalada e, com ela, banidas as doutrinas religiosas nessas aulas. Até seus poemas eram inspirados nestes assuntos, como um, publicado em 26/02/1891 em A Pátria, cuja última estrofe dizia:

Feliz jamais a igreja fez a gente,

¹¹ Paula Pires, como era chamado, nasceu em Pelotas no ano de 1846 e morreu em 1915. Era farmacêutico, jornalista, poeta, ensaísta, novelista e antologista, segundo sua biografia que consta em "Escritores do Rio Grande do Sul" (1978) de Ari Martins. Foi professor de alguns colégios particulares de Pelotas de maior importância no século passado e proprietário e redator de vários jornais pelotenses.

Apenas torna seu contribuinte

O pobre Zé Povinho inconsciente.

O importante é considerar que Paula Pires, ao longo dos 14 anos em que permaneceu como professor na Biblioteca, provavelmente disseminou suas idéias entre seus "pupilos", já que afirmava que os analfabetos deveriam ser *insinuados por homens de esclarecida inteligência* (Radical, 26/01/1890). Dentre estes "homens de esclarecida inteligência" estavam ele e os demais professores que passaram pelos cursos.

Na primeira Conferência Pública, uma atividade inaugurada em 24/08/1877 nos salões da Biblioteca, os professores dos cursos noturnos foram os principais homenageados. Joaquim Napoleão Arruda, membro da diretoria da BPP (irmão de Saturnino E. de Arruda e cunhado de Paula Pires), realçou a modéstia e desprendimento daqueles que deveriam ser exemplo para os demais:

Inspirai-vos nos exemplos de dois cidadãos distintos, que por aí passam cabisbaixos e esquecidos, ocultando sob as roupagens de uma honrosa modéstia, os relevantes serviços que prestam a causa da sociedade.

Falo-vos dos professores que dia a dia, sem a mínima recompensa e com o mais decidido afã, deram a essência de suas luzes e dedicação como jorro bendito, como água lustral, sobre aqueles que freqüentaram os cursos noturnos gratuitos estabelecidos pela atual diretoria da Biblioteca (Diário de Pelotas, 26/08/1877).

Já noutro discurso, lido por Angélica Conceição, moça da elite pelotense¹², transparece a sacralização da figura daqueles homens:

Apareceram dois entes humanos: se surgiram da matéria, só matéria deviam ser; e seria realmente assim? Não, pois *alguma coisa superior à nossa expectativa se continha nesses corpos*; o que era? A filosofia responde: *era o influxo divino*, era a primeira partícula da educação encarnada nesses *entes predestinados* a contribuir com a humanidade!

¹² Angélica Conceição participava freqüentemente de atividades desta natureza, lendo discursos elaborados por outras pessoas, via de regra homens. Era o caso dos discursos escritos por Antonio Joaquim Dias para ocasiões consideradas especiais na BPP, e posteriormente publicados no Correio Mercantil.

Toda a riqueza da terra abate-se, todo o brilhantismo de seus afetos ofusca-se, se a par dessas quimeras mundanas não governar o fanal da educação.

Cultivar a razão, educar o povo é a tarefa mais sublime do mortal (...)
(Diário de Pelotas, 26/08/1877) (Grifos meus).

Os professores eram vistos como verdadeiros profetas, predestinados, colaboradores incansáveis na construção da ordem social, porque dedicavam parte de sua vida a uma causa nobre, louvável: ensinar aos *alunos absolutamente pobres, aos proletários, às classes desfavorecidas, aos moços sem recursos, às camadas mais ínfimas da população, ao povo ignorante*. Manifestava-se, em algumas destas palavras, uma concepção depreciativa e preconceituosa em relação aos homens das classes populares, alunos dos cursos noturnos.

Sendo assim, o trabalho dos docentes na BPP era enaltecido principalmente pelo tipo de clientela que os cursos atendiam: homens adultos e menores das classes populares, negros e brancos, nacionais e estrangeiros. Esta multiplicidade de *homens* fazia dos cursos da Biblioteca um espaço de convivência e de relações, às vezes tensas, permeadas por disputas, por rivalidades. Tanto dos alunos em relação aos professores - o que sempre acabava em suspensões e expulsões - como dos professores para com os alunos e, ainda, entre os próprios alunos, realidade sugerida especialmente pela carta que o professor Bento José Taveira escreveu para a diretoria da Biblioteca em 1881, em que refere o *mal entendido* que havia entre alunos *de idades e cores diferentes* (Carta manuscrita, 1881).

As diferenças étnicas, de nacionalidade e de faixa etária dos alunos merecem uma atenção especial. Ao analisar estas diferenças é preciso ressaltar que não se trata de negá-las, mas de considerar que elas foram, em algumas situações, justificativa para a condição de opressão, de hierarquização e de subordinação, ou seja, justificativa das desigualdades sociais de alguns grupos. Myrêia Suárez (1992) argumentou recentemente que "a sociedade ocidental se organiza a partir de um princípio hierárquico em virtude do qual as diferenças parecem se tornar necessariamente desigualdades" (p.22).

Algumas autoras, sob diferentes enfoques, tem se dedicado à reflexão sobre as questões da desigualdade e da diferença. Pode-se dizer que estas questões estão na base mesmo do pensamento feminista. Segundo Louro (1994a), o conceito de gênero "teve como alvo os partidários das interpretações biologistas" (p.2). Isto significou atingir "aqueles que

atribuem às diferenças biológicas as distinções sociais, ou melhor, que ancoram na biologia os arranjos sociais desiguais e hierarquizados de homens e mulheres" (p.3). Se isto é colocado especificamente para as relações de gênero, pode também ser pensado para outras relações sociais. Suárez (op.cit.), ao analisar o sexismo e o racismo, argumenta que ambos são "expressões ideológicas da representação essencialista do mundo; são desdobramentos metafóricos da mesma estrutura que lê nas diferenças biológicas capacidades e incapacidades coletivas" (p.13). Portanto, dar visibilidade às diferenças entre os alunos não é negar sua existência mas, fundamentalmente, refletir no sentido de mostrar que as diferenças entre mulheres e homens (de sexo), brancos e negros (de cor de pele), nacionais e estrangeiros (de lugar de origem), menores e adultos (diferenças baseadas na faixa etária - as desigualdades sociais entre estes dois grupos estão manifestadas, por exemplo, pelo não pagamento ou pagamento de remuneração menor pelo trabalho infantil) foram tomadas para reforçar as desigualdades sociais entre estes grupos.

As diferenças de nacionalidade foram motivo de atenção em todos os relatórios, onde havia a designação do número de alunos freqüentes especificados por nacionalidade. Em pelo menos um relatório, em 1896, o diretor de mês elogiou a participação dos estrangeiros nos cursos:

(...) nota-se mais animação na freqüência da parte dos estrangeiros que dos nacionais. Os alunos que freqüentam os cursos em número de 72 são das seguintes nacionalidades: 54 brasileiros, 6 portugueses, 5 italianos, e 3 austríacos, 2 poloneses (Correio Mercantil, 05/08/1896) (Grifo meu).

Esta suposta animação dos estrangeiros, referida em 1896, pode ser lida como um elogio para estes indivíduos e uma sugestão de que os nacionais estivessem atentos ao comportamento destes. É preciso considerar que a idéia da superioridade do imigrante em relação ao elemento nacional estava presente na sociedade pelotense naquele período, pois marcou o momento da pós-abolição; em que um grande número de imigrantes passou a ser desejado para ocupar funções no mercado de trabalho.

Ao longo da segunda metade do século XIX, os projetos imigrantistas tomaram vulto no Brasil. Conforme Célia Maria M. de Azevedo (1987), o objetivo era que o imigrante ocupasse mais do que os lugares vazios deixados pelos escravos, ou seja, o objetivo não era apenas que o imigrante atendesse ao problema da suposta escassez de braços, mas a reivindicação da vinda de imigrantes brancos tinha claramente o objetivo de substituir o

negro em todos os setores, não só rurais como também urbanos. A idéia dos reformadores do século XIX era de que havia necessidade de renovar a população brasileira a partir da imigração branca, porque o elemento nacional pobre e os negros africanos eram considerados inferiores, havendo o intuito de buscar no exterior o povo ideal para formar a futura nacionalidade brasileira. O que os imigrantistas esperavam é que os nacionais pobres e livres e os escravos se regenerassem em contato com a população de imigrantes, "via miscigenação ou simplesmente exemplo moralizador" (Azevedo, op.cit:168). O propósito destes projetos era conseguir o "branqueamento" da população brasileira que, alcançando as características físicas mais próximas do branco europeu adquiriria, na visão da elite, também as características morais, que eram consideradas superiores.

Nesse período os imigrantes, especialmente os europeus, eram considerados "elementos sociais avançados" (Azevedo, op.cit.) e os únicos trabalhadores que sabiam conjugar harmoniosamente trabalho e liberdade. Com isto, tinham uma missão em relação à população brasileira: deviam ser introdutores e agentes de progresso e civilização.

Estudando as disputas entre os nacionais e os estrangeiros, Chalhoub (op.cit.) analisa, tendo a cidade do Rio de Janeiro como palco, as rivalidades, os conflitos e as solidariedades étnicas e nacionais "enquanto expressões das tensões provenientes da concorrência da força de trabalho" (p.35), na formação do mercado de trabalho capitalista. Segundo o autor, as classes dominantes reconheceram no imigrante um agente capaz de acelerar a transição para a ordem capitalista, já que o negro era visto como mau trabalhador, especialmente sob as novas relações de trabalho livre. Certamente existiam, também em Pelotas, disputas pelas oportunidades no mercado de trabalho, entre nacionais e estrangeiros. Exemplo disto eram os anúncios dos jornais, como este:

Precisa-se de um menino de 13 à 14 anos que saiba ler, preferindo-se estrangeiro ou filho, à rua Tiradentes - Hotel Pepe (Correio Mercantil, 09/12/1907) (Grifo meu).

Subjacente à *preferência* pelos estrangeiros está a idéia, reforçada pelas teorias científicas do século XIX, da superioridade moral, intelectual e de capacidade de trabalho do imigrante branco em relação ao nacional e ao negro, que sem dúvida repercutiu entre os alunos e professores das aulas noturnas da BPP.

Por outro lado, como uma espécie de contraface dessa visão, havia também nas aulas da Biblioteca Pelotense a preocupação com a transformação dos estrangeiros em verdadeiros brasileiros. Em uma festa de encerramento das aulas, em 1906, o presidente da BPP dirigiu-se aos alunos nacionais e estrangeiros com as seguintes palavras:

Estamos em época de luta e de trabalho e a juventude deve encontrar-se na sua primeira fila. Buscai fortalecer-vos intelectualmente pelo trabalho viril que dignifica o homem e pelo estudo que conforta a alma.

Se sois desta Pátria abençoada, fortalecei-vos na pira de seu grande amor, procurai patrioticamente fazer-vos úteis e fortes, preparando-vos para torná-la cada vez mais querida e respeitada, a par dos povos modernos.

Se sois estrangeiros, apartados de vossas famílias e do lar, com a recordação e a nostalgia sempre latente em vossos corações, *acompanhai, imitai os filhos desta terra*, sob a égide santa dum nobre fim, pelo convencimento forte que deveis sempre ter da consideração dos *bons brasileiros* (Correio Mercantil, 10/12/1906) (Grifos meus).

No início do século havia já a preocupação com as idéias trazidas pelos imigrantes, especialmente as idéias anarquistas. Houve por parte da elite brasileira, nesse momento, uma certa cautela em relação aos trabalhadores estrangeiros, pois alguns foram considerados perturbadores da ordem. Nas palavras do Presidente da Biblioteca no encerramento do ano letivo, em 1906, um "pequeno conselho" para que os estrangeiros imitassem os *bons brasileiros*. Inverte-se o discurso, tendo em vista sempre a formação de "bons trabalhadores", ou seja, os estrangeiros serviriam como modelo ideal enquanto correspondessem às expectativas da elite, mostrando-se disciplinados e ordeiros.

Na realidade, nacionais e estrangeiros eram "emulados" a ser o que não eram: os brasileiros deveriam imitar a suposta superioridade moral e intelectual dos estrangeiros; estes, por sua vez, deveriam negar-se enquanto tal para se sentirem brasileiros. Uma forma de - possivelmente em função da classe a que pertenciam - afirmar que ambos os grupos estavam "em falta", "em déficit", necessitando assim "aprimorarem-se" mais e mais através da instrução.

Porquanto fossem todos os alunos homens das classes populares, o grau de conhecimento de cada um foi considerado critério suficiente para organizar as turmas nos cursos noturnos. O que definia se o aluno iria frequentar a 1ª ou a 2ª classe era a habilidade cognitiva: saber ou não ler, escrever, fazer operações matemáticas. Possíveis conflitos e dificuldades decorrentes da grande diferença de idade entre os alunos não foram inicialmente considerados. A separação dos alunos tendo como critério as idades só se revelou necessária bem mais tarde, quando o convívio destes grupos, nas mesmas classes de ensino, se manifestou problemático. Os menores¹³ e os adultos tiveram nos cursos noturnos um relacionamento conturbado. Os menores, sempre em maior número, eram apontados pelos professores como desinteressados, indisciplinados, desordeiros, atrapalhando os adultos, estes sim, interessados em aprender. As alegadas inadequações pedagógicas e morais das aulas em conjunto para menores e adultos foram, então, motivo de inúmeras discussões entre os "homens da Biblioteca".

Ariès (op.cit.) afirma que, em relação ao ensino, até o fim do século XVIII não havia a idéia de separar adultos e crianças. Desde as sociedades medievais era natural que um adulto se misturasse às crianças para aprender, já que o ordenador do ensino era a matéria ensinada. As classes eram, portanto, divididas em grupos, tendo como critério básico a capacidade dos alunos, sob a direção de um mesmo mestre, num único local. Pouco a pouco estas classes foram se distinguindo mais, com a presença de um professor especial para cada grupo, para finalmente, as classes e os professores serem isolados em salas especiais. Isto, segundo Ariès, gerou a estrutura moderna de classe escolar. A separação por idade aconteceu mais tarde, durante o século XIX, o que já indicava uma conscientização da particularidade da infância e da juventude, como demonstra o autor. O século XIX marca portanto a "fixação de uma correspondência cada vez mais rigorosa entre a idade e a classe" (Ariès, op.cit:177).

Jurandir Freire Costa (1989) constatou que, também no Brasil, nas primeiras etapas da escolarização, as crianças de idades diversas assistiam

¹³É interessante observar que os "homens da Biblioteca" quase nunca se referiram a este grupo como "crianças". A denominação era, na maioria das vezes, menores. Segundo André Ricardo Pereira (1994) em seu estudo sobre a origem de dois mitos da política social brasileira, criança refere-se a uma etapa da vida (de 0 a 14 anos) e menor qualifica uma condição - de marginal. Nas palavras do autor, no início do século XX no Rio de Janeiro, "a figura do menor era a de um indivíduo desprovido de família, perambulando pelas ruas, vivendo de expedientes, como a atividade de 'entregador de folhas' (jornaleiro) ou engraxate. Nestas circunstâncias instáveis, ele poderia se transformar em perigo para a propriedade privada ou em um futuro adulto ocioso, um mendigo, fonte de doenças contagiosas e 'corrupção do hábitos'" (p.99). Pereira diz que o menor, na qualidade de 'moralmente' abandonado, só teria como saída "a educação para o trabalho, cuja introjeção disciplinar suplementaria a falta de um ambiente familiar adequado" (p.103).

aulas em comum. A organização das turmas era feita pelo grau de conhecimento dos alunos e a idéia de graduação do ensino considerando a diferença etária era estranha ao método pedagógico. Pouco a pouco, ao longo do século XIX, os higienistas, principais normatizadores e disciplinadores da vida brasileira naquele momento, argumentaram que havia riscos morais em deixar crianças de idades muito diferentes nas mesmas aulas. Assim, as famílias e os educadores instituíram a regra da discriminação por idades para organizar as classes de ensino.

Nas aulas da BPP a relação entre idade e classe de ensino só foi estabelecida durante a década de 80. Embora as crianças alunas dos cursos noturnos já tivessem ingressado no mundo dos adultos antes mesmo de ingressar nas aulas da Biblioteca, em função do trabalho precoce, no interior da instituição houve sempre, após os primeiros anos de funcionamento dos cursos, tentativas de demarcar diferenças entre uns e outros. Não há explicitação, em momento algum, da idade que determinava ser menor ou ser adulto, mas é certo que houve dificuldades para consolidar estas tentativas de separar os dois grupos. Uma delas foi a pouca freqüência dos adultos em alguns anos ou em algumas épocas do ano, a constante rotatividade dos alunos, desistência e abandono das aulas, o que reduzia sensivelmente as classes. Era comum que concluíssem os cursos por volta de oito ou dez alunos. Outra dificuldade era que só havia dois professores: um para a primeira aula e um para a segunda. Separar adultos e menores significava aumentar em duas classes o curso noturno. Não havia disponibilidade de recursos humanos e financeiros - a Biblioteca mantinha, com seus próprios recursos, os salários dos professores, e esporadicamente com uma ajuda, nem sempre garantida, da Assembléia Provincial -, e de espaço físico. Portanto, apesar dos muitos anos letivos em que a separação dos adultos e crianças foi tema de discussão, na prática, foi difícil de viabilizar e de manter esta proposta. Embora as diretorias, em alguns anos, deliberassem neste sentido, só no ano de 1883 é que houve uma efetiva experiência de aulas separadas tendo como critério a idade. Para que isto se procedesse foi necessário que funcionassem conjuntamente a 1ª e a 2ª aulas, ou seja, um dos professores ficou responsável pelos alunos adultos de ambos os graus de ensino e outro pelos menores. Uma das justificativas apresentadas na ocasião dizia respeito às diferenças nas *explicações das lições, que divergem inteiramente*, ou seja, para professores e dirigentes da Biblioteca, os métodos pedagógicos se diferenciavam no ensino segundo a idade. Segundo o relatório do diretor de mês de abril de 1883, *entre os*

menores atua o trabalho de memória, influenciando mais o de raciocínio nos adultos (A Discussão, 28/03/1883).

Os "homens da Biblioteca" fizeram vários esforços, após 1883, no sentido de viabilizar a separação dos alunos por idade. As justificativas foram as mais variadas. A principal delas era, justamente, o suposto mau comportamento dos menores. Em um relatório de 1884, o diretor do mês manifestou-se sobre a presença destes na escola:

(...)Notei grande inconveniente na admissão de menores neste curso e observei que só a maiores convinha matricular-se. Primeiro porque, como está patente, estes não podem freqüentar as aulas públicas e dedicam-se com vontade aos estudos; o que não acontece com os segundos que, em grande maioria, só servem para perturbar a ordem quando funcionam as aulas.

Obviamente, esta medida extrema de não aceitar matrículas de menores não foi levada a efeito, mas medidas no sentido da separação destes grupos foram reiteradamente tentadas.

A discussão sobre a separação dos adultos e das crianças nas aulas noturnas da BPP acentuou-se no início do século XX. É preciso considerar que, neste período, o Brasil era palco de profundas mudanças preconizadas, ao longo do século XIX, pelo discurso médico higienista; este influenciou a mentalidade e a vida da família brasileira, principalmente da elite e, conseqüentemente, mudou a visão que se tinha da infância. Mesmo considerando que, para ser aceito no curso, a condição de trabalhador se sobrepunha à condição de criança dos alunos menores, o discurso médico-higienista da valorização da infância, com a determinação de que havia atividades intelectuais próprias de cada idade, influenciou as iniciativas de separação daqueles dois grupos. A infância foi uma das principais preocupações dos médicos. Segundo Rosa Maria B. Araújo (1993), no Brasil, especialmente com o advento da República, houve um despertar da consciência da especificidade da infância e da necessidade de diferenciá-la do mundo adulto, preparando a criança para ser o "novo" cidadão. Coube aos médicos, em grande parte, a responsabilidade de construir um cidadão disciplinado e higiênico para o futuro, de prescrever normas de conduta para a família. A mesma autora ressalta que um dos principais pontos do discurso médico-higienista era a valorização da disciplina física e moral na educação das crianças. Costa (op.cit.), ao analisar os efeitos do discurso médico sobre a família brasileira, afirma que "a tarefa dos higienistas era a de converter sujeitos à nova ordem urbana" (p.36), produzindo "cidadãos individualizados, domesticados e colocados à disposição da cidade, do

Estado, da pátria" (p. 48). Para que isto se desse de forma efetiva, era preciso impedir, nas aulas da Biblioteca, que menores e adultos, convivendo de forma desarmônica, fossem exemplos ou "resultados" negativos da empreitada de formar bons cidadãos e bons trabalhadores.

Se estas preocupações em relação à família em geral e à infância em especial estiveram tão fortemente presentes no discurso médico, elas provavelmente fizeram eco entre os "homens da Biblioteca". Era preciso marcar, no espaço da Biblioteca, as diferenças entre adultos e crianças. Ao que tudo indica havia, também, uma preocupação com a sexualidade, com os contatos entre os adultos e os menores, com a "aglomeração" de alunos. Costa (op. cit.) também analisou a visão do discurso higienista sobre a infância, e revela que a divisão por faixa etária e sexo era a condição para o "controle da sexualidade e para o estabelecimento do tipo de aprendizado intelectual que os higienistas defendiam" (p. 186). A partir da obra deste autor é possível perceber que o século XIX marcou um momento de grande controle e regulação sexual. O discurso higienista determinou o lícito e o ilícito, o profano e o sagrado em termos sexuais. O sexo sem amor, o sexo fora do casamento e o sexo sem procriação foram amplamente condenados. Foi estabelecida uma relação direta entre sexo, amor, casamento e procriação. É nestas regulações que se inscreveram os cuidados com a sexualidade infantil e juvenil, principalmente no interior dos colégios masculinos, como analisa Jurandir Freire Costa (op.cit.).

Em 1903, o jornal Correio Mercantil publicou a resolução da diretoria da Biblioteca, de criar uma aula para os adultos que estavam em número reduzido nos cursos. A alegação quanto à diminuição na frequência de adultos foi a seguinte:

(...)A diretoria da Biblioteca Pública Pelotense reconhecendo ser diminuto o número de adultos que freqüentam a aula noturna desta instituição, *devido talvez a promiscuidade em que estão com os alunos menores*, resolveu, em uma das suas últimas sessões, criar uma aula especial para aqueles logo que haja número suficiente deles matriculados (Correio Mercantil, 14/07/1903)(Grifo meu).

Promiscuidade, segundo o Dicionário Aurélio (1986), significa "qualidade de promíscuo, mistura desordenada e confusa". Promíscuo, por sua vez, em uma primeira definição é "agregado sem ordem nem distinção; misturado, confuso, indistinto". O segundo conceito põe-se nos seguintes termos: "diz-se de pessoa que se entrega sexualmente com facilidade". É difícil afirmar que a notícia do jornal Correio Mercantil, acima reproduzida, referia-se à promiscuidade no sentido de encontros sexuais. O mais provável

é que a referência seja em função de que juntar adultos e menores fosse considerado uma "mistura desordenada". Os alunos dos cursos noturnos estiveram sujeitos a um processo de classificação, de ordenação, segundo critérios étnicos, de nacionalidade, de faixa etária. Ou seja, os brancos eram considerados melhores que os negros, os imigrantes melhores que os nacionais e os adultos melhores que os menores. Sendo assim a escola da Biblioteca foi um espaço de produção e reprodução de divisões sociais, tanto pelo que fez como pelo que deixou de fazer. Antes mesmo dos alunos entrarem em sala-de-aula os cursos noturnos impunham divisões. A primeira delas foi a seleção de uma clientela masculina. Ao se constituir como um espaço exclusivamente masculino acentuou as desigualdades sociais de gênero. E ao considerar os menores menos capazes e menos disciplinados revelou e reafirmou a hierarquia com que certos grupos sociais eram tratados.

Essas desigualdades sociais também podiam ser observadas, na sociedade pelotense, em relação ao grupo étnico. Na única carta manuscrita conservada nos arquivos da BPP, o professor Bento José Taveira, em 1881, registrou algumas das divergências que havia entre menores e adultos, sendo, também esta a única referência explícita a rivalidades entre negros e brancos nas aulas:

(...)Assim temos por esta forma contínua e sucessivamente de lidar sempre com os mais incapazes, os refratários e os novos admitidos: com tais elementos e *ainda o mal entendido ... que os alunos de maior idade tem de se emparelharem com os pequenos e uns com outros de cores diversas*, não é provável que se possa jamais conseguir satisfatoriamente uma criteriosa demonstração pública como é nosso espírito (Carta manuscrita, 1881) (Grifo meu).

Descobrir que os negros freqüentavam as aulas noturnas da BPP não foi fácil. Assim como há, na fase inicial dos cursos noturnos, um silêncio sobre a ausência das mulheres - já que o caráter masculino dos cursos só se explicita quando as aulas já estão em pleno andamento - há um imenso silêncio sobre a presença ou a ausência dos negros nas aulas. Ao contrário do gênero, que se colocava pela obviedade dos nomes nas listas de matrículas, o fato dos alunos serem negros ou brancos não está registrada em lugar algum. Foi ao "reconhecer" alguns negros como alunos, entre eles Rodolpho Ignácio Xavier, aluno em 1883, com 10 anos, Boaventura Ignácio Xavier e seus filhos Pedro, Boaventura e Mathias, que estudaram na escola nas décadas de 80 do século passado e nos primeiros anos deste século, e os irmãos Juvenal e Durval Moreno Penny, alunos em 1899, que foi possível

concluir que os negros podiam efetivamente matricular-se como alunos dos cursos noturnos. Estes alunos destacaram-se em Pelotas na luta pelas causas negras. Os irmãos Penny fundaram, em 1907, o jornal *A Alvorada*, que tinha como principal objetivo *a defesa de todo aquele que fosse atingido pelo preconceito de cor dentro ou fora do país* (*A Alvorada*, 05/05/1956). Rodolpho I. Xavier, um dos mais importantes líderes sindicais do início do século, foi um dos principais redatores do jornal por longos anos.

O Clube Carnavalesco Nagô foi, também, um indicador da presença dos negros nas aulas da Biblioteca. Entidade de prestígio no carnaval pelotense, era formado apenas de negros, que usavam as ruas da cidade durante o período carnavalesco para protestar quanto à condição de vida dos negros na sociedade. Membros da diretoria na década de 80 como Alfredo Teixeira de Moraes e José Maria dos Santos, foram alunos nas primeira turmas dos cursos noturnos da BPP (*Correio Mercantil*, 23/01/1884 e 29/08/1886).

A reprodução no *Correio Mercantil* em 1884 da fala de um negro, pai-de-santo, o Pai Domingo di Cancela, é surpreendente e inusitada. O *Correio Mercantil* reservava espaço para as manifestações do Clube Carnavalesco Nagô. Ainda não dominando o código oral e escrito da cultura branca, os negros expressavam-se misturando sua língua materna, o iorubá, e o português. No dia 06/02/1884 o Pai Domingo di Cancela, ao referir-se ao desfile do Clube Carnavalesco Nagô, mencionou a participação dos negros na "escola da biblioteca":

(...)Povo ziperotense zipera, nosso oj está negro severizado, já prendeu na *icolla de briotheca*, protanto abre o io comnosco; nosso vai faze turumbanda ni cabeça de sumce (Grifo meu).

A manifestação do Pai Domingo indica que o domínio da leitura, escrita e oralidade na língua portuguesa tornou-se importante para este segmento da população. Marco A. Mello (1994), analisando o episódio, argumenta que o que houve "foi um processo longo e penoso (...) no qual os negros dessacralizaram a escrita, forjando um projeto de intervenção social notável que combinava parte de suas tradições tribais com o domínio de um novo código lingüístico - o dos brancos (...)" (p.90).

Os fatos mencionados oportunizaram visualizar os negros como personagens das aulas noturnas. Mais do que isto, a questão foi compreender se os homens negros romperam com a discriminação e o preconceito para freqüentarem a BPP na condição de alunos, ou se justamente a discriminação e o preconceito fizeram dos negros alunos dos cursos.

É necessário considerar que a Biblioteca era uma instituição que concentrava alguns abolicionistas pelotenses e como tal era "foco" de disseminação destas idéias. Não só cedia seu espaço para reuniões e manifestações abolicionistas como também arrecadava fundos, entre seus associados, para comprar cartas de alforria de escravos. O jornal Correio Mercantil registrou, em 05/12/1876, uma destas situações em que um sócio da BPP propunha uma campanha para arrecadar a quantia de 50\$000 réis para alforriar uma escrava de nome Genuína, de 70 anos, cuja venda estava anunciada nos jornais locais. O Correio Mercantil inicialmente elogiava a iniciativa afirmando que isto demonstrava que a diretoria da Biblioteca sabia *compreender perfeitamente os dois grandes pensamentos da época: instrução e liberdade*, para a seguir publicar os termos da proposta:

Com o fim de praticar um *ato de caridade*, resolvi implorar um óbolo para livrar das garras do cativo a infeliz Genuína de 70 anos (...)

Na qualidade de membro da Biblioteca faço um apelo aos meus distintíssimos consócios, aqueles que trabalham em prol da sublime causa da instrução para que me auxiliem neste propósito .

Com este procedimento mostrarão que os conhecimentos difundidos pela instituição que sustentam, esclarecendo a inteligência, guiam o coração à prática das mais nobres virtudes.

O homem amante do adiantamento intelectual não pode ser indiferente à sorte dos seus semelhantes, jungidos ao despótico carro da escravidão.

Em nome da humanidade, do progresso, da civilização, em nome da liberdade - luz puríssima e esplêndida que dirige o homem a senda dos mais arrojados cometimentos - peço o óbolo da caridade em favor da infeliz Genuína. Salas da BPP, 2 de dezembro de 1876.

Felicíssimo Paulo de Freitas. (Grifo meu)

Se por um lado o abolicionismo era um ideal recorrente entre alguns membros da diretoria, que talvez explique a presença dos negros nas aulas noturnas, por outro lado é necessário também considerar que os negros - carregando o estigma da escravidão - eram associados a "raça degenerada" que precisava ser controlada e constantemente vigiada, especialmente no período pós-abolicionista. As mesmas características negativas atribuídas às classes populares de um modo geral, no século XIX, eram ainda mais

acentuadas quando, associada a uma condição social desprivilegiada, estava a condição de negro.

Os atributos negativos que eram endereçados aos negros estão explícitos nesta matéria do jornal Correio Mercantil, dois anos após a Abolição da escravidão em Pelotas:

(...)Grande parte deles [os libertos], homens ou mulheres, deixaram a casa de seus senhores para aglomerarem-se nos cortiços e nos centros de perdição.

As mulheres *cedendo aos impulsos enervantes da raça*, entregaram-se em grande número à prostituição, como meio fácil de granjear a subsistência, pouco se lhes importando os princípios civilizadores e adiantados do agrupamento social em que vivem hoje.

(...) É preciso sem demora atenuar, se não se puder de todo extinguir, *as tendências do liberto para a inatividade e para a prostituição*, tendências com que ele entra para a comunhão social porque não as deixa na senzala ou no eito (Correio Mercantil, 18/02/1886) (Grifos meus).

Na matéria transcrita as tendências de *inatividade e prostituição* eram apresentadas como características naturais dos negros. Se as desigualdades de gênero se explicavam pelas diferenças biológicas e eram instituídas e legitimadas pelas práticas sociais e pelos discursos médico, jurídico, educacional, as desigualdades dos grupos étnicos não eram vistas de forma diferente. A inferioridade atribuída aos negros estava assentada, também, nas diferenças físicas. Ser negro ou ser branco, na sociedade pelotense, era ser detentor de determinadas capacidades ou incapacidades sociais, morais, intelectuais. Fortemente ancoradas em um pressuposto essencialista as diferenças físicas explicavam as desigualdades dos grupos étnicos. No imaginário social estava presente a idéia de que era inerente, próprio dos indivíduos negros, um comportamento *selvagem*, bárbaro, anti-social. Azevedo (op.cit.) constatou em seu estudo que, do ponto de vista intelectual, os negros eram representados como grupos de baixo nível mental. Veja-se que em Pelotas estas idéias também estavam fortemente presentes:

(...)Tratando-se de pessoas nas condições dos pretos libertos, que não podem ter aspiração à carreira literária ou científica, é claro que o sistema de educação a adotar-se é muito simples e muito fácil.

(...) Instrução primária acompanhada de princípios morais e religiosos (...) (Adolfo Bezerra de Menezes, 1869) (Material do Clube Abolicionista de Pelotas).

Muitos seriam os exemplos ilustrativos que estão registrados nos periódicos pelotenses. Para o intuito de argumentar que os negros foram aceitos como alunos nos cursos noturnos (antes da Abolição apenas os livres e libertos) porque era necessário, na visão das elites, prepará-los para as novas relações de trabalho e para serem inseridos na vida em sociedade como indivíduos livres, é preciso conhecer, ainda, outras idéias sobre os negros, vigentes na vida pelotense. O Correio Mercantil apresentava os escravos como grupos *completamente atrasados, alheios a todas as formas de existência social, sem profissão determinada, sem princípio de vida livre, (...) entes desamparados* (16/11/1883). Na mesma matéria do jornal a conclusão sobre as possibilidades de reverter este quadro:

Abram-se escolas por toda a parte; convidem-se os libertos a virem tomar assento nos bancos do estudo e do saber; dê-se-lhes a doutrina moral, o conhecimento necessário dos seus deveres de homem perante a sociedade em que vivem; mostrem-se-lhes as vantagens do trabalho, da ocupação séria e honesta, em uma palavra, habilite-se à economia social, à aplicação das suas forças ativas, afim de que a liberdade se sigam imediatamente à paz, a ordem e a felicidade desejáveis (Grifos meus).

No entanto, se o intuito das elites que fundaram a Biblioteca Pública e com ela propuseram aulas noturnas para as classes populares (incluindo os negros livres e libertos) era disciplinar, normatizar e prescrever normas, padrões e comportamentos, os homens que freqüentaram esta escola não se sujeitaram passivamente a este projeto. As condições de classe e de grupo étnico dos alunos forjaram tipos de lutas diferenciadas.

As últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX marcaram um momento significativo de organização dos trabalhadores pelotenses. Organizados em clubes, associações, sindicatos, os trabalhadores lutaram contra as condições de vida e de trabalho a que estavam submetidos. Havia solidariedade de classe, percebida, entre outras coisas, pelo número de associações de amparo, de auxílio mútuo, de assistência e de categorias profissionais específicas que os próprios trabalhadores organizavam. Os negros, por sua vez, imprimiram formas específicas de luta contra os estereótipos negativos que lhes eram atribuídos, como forma de conquistarem espaço na sociedade pelotense e também na tentativa de melhorar a condição de vida a que estavam submetidos, pela sua condição

duplamente marginalizada de classe e de grupo étnico. Na forma de clubes carnavalescos, irmandades, batuques, os negros tiveram uma ampla participação na vida pelotense. Mello (op.cit.) afirma que em Pelotas, entre os negros escravizados e libertos, muitas foram as formas de "manifestação da chamada cultura de resistência" (p.53). O autor dedica especial atenção às expressões da religiosidade e às formas de lazer dos negros pelotenses nas últimas décadas do século XIX, e conclui que, entre outras coisas, estas manifestações religiosas e culturais tinham o intuito de manter a identidade étnica dos negros.

Alguns alunos dos cursos noturnos participaram desta realidade como líderes operários ou dos movimentos negros do início do século. Uns estiveram à frente de associações de classe ou entidades culturais - como "Classes Laboriosas", "Grêmio dos Tipógrafos", "Clube Beneficente Harmonia dos Artistas", "Sociedade Dramática Filhos da Thalia"-; outros, participaram como membros de entidades negras - especialmente o Clube Carnavalesco Nagô e o Jornal Alvorada¹⁴. Se foi possível visualizar esta realidade é porque a dominação não se impôs de forma absoluta.

É preciso considerar também que os espaços organizados não eram, possivelmente, as únicas formas de luta. Segundo Chalhoub (op.cit.:31), "as relações de vida dos agentes sociais expropriados são sempre relações de luta, ou seja, o tempo e o espaço de luta no processo histórico não se restringem aos movimentos reivindicatórios organizados dos dominados". Portanto, o cotidiano dos alunos dos cursos noturnos pode ter sido, também, *um tempo e um espaço* fundamentais na luta contra as dominações a que estavam submetidos.

Considerações finais

Da fase de coleta do material empírico até a conclusão deste trabalho oscilei entre a paixão pelo objeto de estudo, pelas descobertas *nas e das* fontes e um descrédito quanto às condições de fazer um trabalho com o material de que dispunha. Trabalhando com o que Robert Morrel (1994) chamou de "registro histórico incompleto" - já que as referências sobre os cursos noturnos eram esparsas, difusas e, em alguns casos, confusas -, procurei responder as questões de pesquisa propostas no início do trabalho. Tarefa difícil, pois exigiu atenção a todas as coisas que diziam respeito, direta e indiretamente, à Biblioteca Pública Pelotense. Significa, portanto,

¹⁴ Dos alunos cujos dados obtive, todos participavam destas associações de classe, culturais ou carnavalescas, ocupando cargos nas diretorias.

que este foi um trabalho que demandou atenção a minúcias, a detalhes, a nomes, a silêncios...

Pelotas viveu, intensamente, nas últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX, seu apogeu econômico, social e cultural, expresso em várias iniciativas, como a fundação de clubes recreativos e educacionais, associações literárias e dramáticas, escolas, entidades de classe, carnavalescas, etc. A BPP foi resultado deste momento cultural e econômico, associado à disponibilidade e ao interesse da elite em fazer da cidade um dos maiores e mais importantes centros culturais do Rio Grande do Sul. É neste espírito que se inscreveu a iniciativa dos cursos noturnos. A elite pelotense desejava, efetivamente, que Pelotas ostentasse o título de mais *civilizada* e instruída das cidades gaúchas e, quiçá, brasileiras. Assim, ganhou força entre alguns de seus membros a idéia de que a instrução e a formação dos homens das classes populares era uma tarefa que lhes cabia. Associou-se ao projeto de instrução a educação moral, que visava a formação de hábitos e atitudes compatíveis com o que era considerado um *bom trabalhador*. O objetivo das aulas era atingir, também e principalmente, a vida dos homens em sua totalidade. Disciplina, regras, controle do tempo, premiações, classificações, punições, foram os recursos para educar e formar estes homens trabalhadores. Na prática, este projeto não se viabilizou pacificamente. Os alunos apresentaram atitudes, no cotidiano da escola, que se contrapunham ao comportamento esperado e desejado. Por um lado, foram muitos os alunos "expulsos por indisciplina"; por outro, eram poucos os alunos que compareciam aos exames e menos ainda os que eram aprovados, indicando rigor tanto na exigência de comportamento quanto de aprendizagem, bem como a não submissão dos alunos às regras e normas estabelecidas. Além dos adultos e das crianças trabalhadoras, os cursos noturnos da BPP atenderam a esta clientela denominada de *incorrigíveis*. Veja-se que em qualquer dos casos o **trabalho** era o elemento central do discurso dos "homens da Biblioteca": caso o aluno fosse trabalhador, freqüentava as aulas da Biblioteca por sê-lo - o que justificava a presença das crianças; caso não fosse, freqüentava para tornar-se um *bom trabalhador*, ou seja, para "não se entregar" ao mundo da ociosidade, da vagabundagem, dos vícios.

É preciso considerar que a escola noturna foi uma experiência "ideal", no final do século XIX, para atender aos trabalhadores - ou àqueles na iminência de tornarem-se trabalhadores -, pois não os retirou do espaço produtivo e realizou o grande projeto que nasceu no período: instruir as classes populares. Por isso, a criação da escola da BPP não se explica por si

só. Ela teve seu início vinculado a um momento muito específico da história brasileira e pelotense: o momento da exaltação do trabalho. A escola tornou-se um meio de atingir as classes populares para inculcar o ethos do trabalho, especialmente em função das novas relações que se gestavam com o advento do trabalho livre. Estas novas relações, somadas a outras transformações de ordem econômica, política e cultural, explicam o surgimento das escolas noturnas nesse período da educação brasileira.

No que respeita às relações de gênero, os cursos caracterizaram-se como *masculinos* porque a sociedade do século XIX e primeiras décadas do século XX era regulada por um conjunto formal e informal de regras que determinava atividades, valores, comportamentos e oportunidades desiguais para os gêneros e para as classes sociais. Neste sentido, as mulheres das classes populares não tiveram presença alguma nas aulas nem na própria BPP até 1915. A entrada das mulheres na escola da Biblioteca, embora as fontes a que tive acesso silenciem sobre isto, é uma questão que merece ser investigada e analisada, bem como a "coincidência" de uma professora assumir a aula, em 1937, e haver um aumento significativo das mulheres nos cursos - daí já em aulas noturnas e mistas. Neste momento, houve um declínio espantosamente grande da presença dos homens. Mas esta é uma "outra história"...

Enquanto escola masculina, os "homens da Biblioteca" colocavam-se como o "modelo de ser homem" do ponto de vista moral. Este era, porém, um modelo que, do ponto de vista social jamais seria alcançado pelos alunos. Nas aulas, estava-lhes reservado o acesso a um pouco de conhecimento que lhes permitissem serem mais "racionalistas" e disciplinados, mas sem pretender que atingissem outra condição social. Por isso, era uma educação que valorizava, fundamentalmente, o trabalho manual.

Considerarei, no início da pesquisa, que a presença dos negros - porque era uma exceção à época - teria maior "visibilidade" nos jornais e documentos. No entanto há um silêncio sobre a presença deste segmento da população. Foi preciso "trilhar" um longo caminho até descobrir que alunos negros freqüentaram as aulas. Depois, foi preciso outra empreitada para descobrir se freqüentavam na condição de escravos - o que seria ainda mais inusitado - ou se apenas aos livres e aos libertos estava garantido este acesso.

Com relação à presença deste grupo, surgiu uma aparente contradição: de um lado, um sentimento de caridade que se expressava pela adesão ao abolicionismo e que, na BPP, concretizava-se com a compra de escravos para posterior manumissão, em campanhas realizadas entre alguns dos seus sócios; por outro lado, uma rejeição aos indivíduos deste grupo

étnico, expressa em matérias nos periódicos locais e no próprio material que circulava entre os membros do Clube Abolicionista. Assim - sem querer encontrar uma causa única e absoluta para explicar a presença dos negros na Biblioteca - um certo *paternalismo racista*, que procurava libertar, ajudar e proteger os negros por considerá-los inferiores e, por isso, incapazes de fazerem-no por si mesmos, e que via na educação e, mais especificamente, na escolarização elementar a possibilidade de *integrá-los* à vida social, pode ser considerado como o principal fator que possibilitou a "abertura" da escola a este grupo.

Finalmente, é óbvio concluir que as classes populares passaram, paulatinamente, a valorizar o processo de escolarização. Isto se deu, principalmente, em função da complexificação do comércio, da urbanização, de uma incipiente industrialização e das oportunidades crescentes nos serviços públicos e privados. Nesta "nova" realidade da vida urbana pelotense, o processo de leitura, escrita e cálculo obteve maior valorização e significou, concretamente, a chance de novas oportunidades de trabalho. Há que considerar também que alguns homens que passaram pelos bancos escolares da Biblioteca se apropriaram da leitura e da escrita e fizeram delas ferramentas importantes na luta por uma sociedade mais igualitária e menos opressora e hierarquizada. Com isso é possível dizer que se o projeto da "escola da Biblioteca" tinha como um dos objetivos *formar e conformar* os homens para a aceitação das relações e das condições capitalistas de trabalho na prática provocou também o oposto. Os líderes negros e operários, ex-alunos da "escola da Biblioteca", foram um exemplo desta realidade.

Referências bibliográficas:

- * ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. **A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- ASSIS BRASIL, Luiz Antonio de. **Um castelo no pampa: perversas famílias**. 3ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.
- ASSIS BRASIL, Luiz Antonio de. **Um castelo no pampa: pedra da memória**. 2ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.
- AZEVEDO, Celia Maria Marinho. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BAKOS, Margareth. **RS: escravismo e abolição**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- BEISIEGEL, Celso Rui. **Estado e Educação Popular: um estudo sobre educação de adultos**. São Paulo: Pioneira, 1974.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CONNEL, Robert. Política educacional, hegemonia e estratégias de mudança social. **Teoria e Educação**, Porto Alegre, n. 5, p. 66-80, 1992.
- CONNEL, Robert. The big picture: Masculinities in recent world history. **Theory e Society**. n. 22, p. 595-596, 1993.
- COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. 3ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- DALLA VECCHIA, Agostinho M. **Os filhos da escravidão**. Pelotas: UFPel, 1994.
- FERRARI, Alceu R. Analfabetismo no Brasil: tendência secular e avanços recentes. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, nº 52, p.35-49, 1985.

- KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem**: a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- LOURO, Guacira L. e MEYER, Dagmar. **A escolarização do doméstico**: a construção de uma escola técnica feminina (1946-1970). Porto Alegre: 1994. Texto mimeografado.
- LOURO, Guacira L. **Gênero: "uma categoria útil de análise histórica"? Desafios e desconfortos de uma proposta teórica**. Porto Alegre: 1994a. Texto mimeografado.
- LOURO, Guacira L. **Histórias da Educação no Rio Grande do Sul**. Projeto de Pesquisa, Porto Alegre: 1993. Texto mimeografado.
- * LOURO, Guacira L. Porto Alegre - finais do século 19: normalistas e moças bem-comportadas. In: MAUCH, Cláudia (et.al.) **Porto Alegre na virada do século 19**: cultura e sociedade. Porto Alegre: Ed. Universidade, 1994b.
- LOURO, Guacira L. Uma leitura da história da educação sob a perspectiva do gênero. **Teoria e Educação**. Porto Alegre, nº 6, p.53-75, 1992.
- LOURO, Guacira L. **Produzindo sujeitos masculinos e cristãos**. Porto Alegre: 1995. Texto mimeografado.
- MAESTRI, Mário. **O escravo gaúcho**: resistência e trabalho. Porto Alegre: Universidade, 1993.
- MARTINS, Ari. **Escritores do Rio-grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1978.
- MELLO, Marco Antônio. **Reviras, batuques e carnavais**: a cultura de resistência dos escravos em Pelotas. Pelotas: UFPel, 1994.
- MENEZES, Adolpho Bezerra. **A escravidão no Brasil e as medidas que convém tomar para extingui-lá sem dano para a nação**. Rio de Janeiro: Progresso, 1869.
- MORREL, Robert . Boys, gangs, and the making of masculinity in the white secondary schools of Natal, 1880-1930. **Masculinities**. n.2, p. 56-82, 1994.
- NOVO DICIONÁRIO AURÉLIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1986.
- NUNES, Clarice. História da Educação: o espaço do desejo. **Em aberto**. Brasília: INEP, nº 47, p.37-45, 1990.
- PEREIRA, André Ricardo. *Criança x Menor: a origem de dois mitos da política social brasileira*. In: ROLLEMBERG, D. (org.) **Que história é essa?** Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 1994.
- RAGO, Margarteh. **Do cabaré ao lar** : a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

- SAINT-HILAIRE, August de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. São Paulo: EDUSP, 1974.
- SUÀREZ, Myrélia. **Desconstrução das categorias "mulher" e "negro"**. ANPOCS, Caxambu, 1992. Texto mimeografado.
- TAMBARA, Elomar. **A educação no Rio Grande do Sul sob o castilhismo**. Porto Alegre, UFRGS, 1991. (Tese de Doutorado).
- TAMBARA, Elomar. **A educação no Rio Grande do Sul**. Pelotas, 1995. Texto mimeografado.
- VARELA, Júlia e ALVAREZ-URIA, Fernando. **A maquinaria escolar. Teoria e Educação**. Porto Alegre, n 6, p.68-96, 1992.

Jornais e Documentos:

- | | |
|---|---------------------------------|
| A Alvorada | A Discussão |
| A Reforma | Correio Mercantil |
| Diário de Pelotas | Diário Popular |
| Echo do Sul | Jornal do Comércio |
| Onze de Junho | Opinião Pública |
| Pervigil | Progresso Literário |
| Radical | Anais da BPP -1905 |
| Atas da BPP -1975-1915 | Álbum Pelotense - 1922 |
| Carta Manuscrita - Prof. Bento José Taveira, 1881 | |
| Cartilha Método Hudson - 1879 | Livros de Matrículas dos Cursos |
| Noturnos-1877-1940 | Relatório manuscritos - 1884 - |
| 1904 | |